

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2016

Aos 30 dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 4ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Tânia Gil da Rocha.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Maria Sousa de Lima Borges ■ Artur da Câmara Machado ■ Carlos Jorge Belerique Ormonde ■ Carlos Manuel Pereira Martins ■ David Gabriel Cabral dos Reis ■ Hélio Manuel Melo Vieira ■ João Carlos Castro Tavares ■ João Luís Sanchez dos Santos ■ José Duarte Azevedo Viceto ■ José Fraga Ferreira Machado ■ José Machado Ferreira dos Santos ■ Luís Leonel Teixeira Salvador ■ Marco Paulo Vieira Alves ■ Maria Luísa da Cunha Ribeiro ■ Marília Margarida Enes Garcia de Vargas ■ Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ■ Paulo Jorge Pimentel da Silva ■ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ■ Rogério Paulo Nogueira e Sousa ■ Rui Manuel Pacheco Lopes ■ Salvador da Rocha Lopes ■ Tânia Gil da Rocha ■ Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Grupo de cidadãos das Cinco Ribeiras:

Henrique Ferreira dos Santos.

Grupo Municipal do Partido Social democrata:

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva ■ Francisco José Lopes Câmara ■ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ■ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ■ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ■ Manuel Conde Bettencourt ■ Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa ■ Mário José Martins Cardoso ■ Péricles Pereira Ortins ■ Rita Olaio de Mendonça Andrade ■ Rómulo de Ficher Correia.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Lídia de Fátima Góis ■ Maria da Graça Amaral da Silveira ■ Mário José Correia da Silva ■ Michele Soveta Aguiar.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Alonso Teixeira Miguel ■ Catarina Cristina Ribeiro da Rocha Gonçalves Silva Matias ■ Fernando Francisco de Paiva Dias ■ Guido de Luna da Silva Teles ■ José Gaspar Rosa de Lima.

Posta à discussão sem que se registassem quaisquer intervenções, a ata da sessão de 13 de junho de 2016 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente, colocando-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

▪ **Carta do padre Francisco Dolores que o senhor presidente da Mesa passou a ler:**

“Sensibilizado em agradecer ao município de Angra do Heroísmo que, na sessão de Câmara Municipal de 2 de maio de 2016 e na sessão da Assembleia Municipal de 13 de junho de 2016, me atribuiu a Medalha de Mérito Municipal Classe Profissional pela minha atividade como sacerdote ao serviço da comunidade onde paroquiei.

Humildemente como cidadão desta comunidade, solidarizando-me com todas as pessoas e instituições agraciadas, lembro que a principal preocupação da minha vida tem sido estar próximo das pessoas e acolhê-las como iguais e irmãos nesta nossa caminhada comum rumo ao futuro.

Como munícipe de Angra do Heroísmo cidade património mundial, que o seja de pleno serviço de todos e sinal exemplar de como devemos estar abertos ao mundo como cidadãos criativos, participativos e solidários.

A todos da Imaculada Conceição, tenho as portas abertas no seu santuário nesta cidade para vos acolher.

Com os melhores cumprimentos,

Francisco Dolores.”

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Maria da Conceição Toste: – Bom dia, obrigada ao senhor presidente da Assembleia por me conceder a palavra, obrigada também ao senhor presidente da Câmara, às senhoras e senhores deputados municipais.

O meu nome é Conceição Toste, moro na rua da Rocha nº 16 onde antigamente funcionou o restaurante chinês. Em março tive conhecimento que iria abrir um restaurante por baixo da minha casa. Um dia estava na cozinha, ouvi um barulho estranho na chaminé e apercebi-me que provinha de um exaustor do dito restaurante. Como tinha um mestre em minha casa a proceder a pequenas reparações, pedi-lhe que me acompanhasse ao restaurante. Pedi à dona para vermos de onde vinha o barulho e ao retirarmos a grelha do fogão, apercebemo-nos que não havia condutas separadas de acordo com o regulamento geral das edificações urbanas que obriga a condutas separadas nas chaminés dos diferentes pisos.

No dia 27 de abril, antes da abertura do restaurante, fiz um pedido por escrito à Câmara. Algumas semanas depois, quando cá vim solicitar uma resposta, informaram-me que o caso havia sido remetido ao departamento do urbanismo. Mais tarde recebi os representantes da Câmara que se tinham inteirado da situação no restaurante e me disseram que, além do barulho incomodativo do exaustor, o pior eram os cheiros insuportáveis provenientes da parte de trás da minha cozinha. Informaram-me que me dariam uma resposta mais tarde mas até hoje ainda não a tive.

Trouxe algumas fotografias para mostrar, porque me dá a impressão que foram feitas obras posteriores ao pedido de licenciamento. Há um janelão que fica aberto todo o dia, o cheiro a comida é insuportável e tenho aqui uma mesa onde só pude almoçar uma vez este verão.

Estou muito condicionada na minha própria casa; além do mau cheiro, ouço as conversas das funcionárias e dos donos do restaurante e eles ouvem também as minhas. Existe aqui um muro que me parece ter sido construído posteriormente na altura do antigo restaurante chinês, não

tem porta e as funcionárias saem pela janela. Quando fui para esta casa há 7 anos, o rés-do-chão servia de armazém ao restaurante chinês da Ladeira de S. Francisco.

(Mostrando algumas fotografias). Vêm-se aqui uns blocos que denotam uma construção feita posteriormente. Neste corredor temos as botijas do restaurante «Rota das ilhas»; quando estão quase no fim, as donas viram-nas ao contrário o que constitui um perigo. A janela do restaurante tem apenas uma ventoinha e aqui temos a comida a arejar e a arrefecer para ser servida aos clientes. Estou na minha casa e não posso ter a porta da cozinha aberta. Muitas vezes vou ao pátio e digo: «Lucília ligue o exaustor porque está muito cheiro a peixe». O restaurante está aberto ao público até às 22 horas, por vezes até às 23 horas ou meia-noite, mas elas ficam para além do horário porque não podem limpar a cozinha em 20 ou 30 minutos.

Da porta da minha casa à porta do restaurante são cinco palmos da minha mão e tenho que pedir licença aos senhores que estão a fumar à minha porta para poder entrar ou sair: «Não se importa de se desviar da minha porta um pouco mais para lá?» Às vezes gozam-me: «Porque não vem tomar um copo connosco?» Por vezes ouço da minha sala as pessoas a conversarem lá fora muito alto, até às tantas.

Sr. vereador Guido Teles: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados. Estamos ao corrente e a tratar desta situação. O primeiro parecer da Unidade de urbanismo indicava que a chaminé cumpria com todos os requisitos mas, após uma visita ao local na sequência da reclamação apresentada, considerámos necessária nova vistoria porque se notam ali odores e a janela fica constantemente aberta para ventilar, o que não é normal num restaurante.

Pedimos uma nova vistoria, estamos a tratar do assunto, conscientes do problema existente naquele restaurante que causa danos aos munícipes que vivem ali à volta e esperamos uma resposta técnica o quanto antes para notificarmos o proprietário no sentido de proceder às modificações necessárias.

Munícipe Filomena Veiga: – Bom dia a todos. Percebi que o meu problema é idêntico ao da D. Conceição. Se bem se lembram, estive aqui há cerca de um ano por causa de um café/snack bar que abriu junto à minha casa. É horrível viver ao lado de um café que abre ao público às 06 horas da manhã e encerra às 02 horas da madrugada. Batem à porta com toda a força para que o dono abra o café, há música, barulho e palavrões.

O café fica no Lameirinho antes de virar para a «Construtora». Existe um pequeno patamar que está quase sempre ocupado por homens a tomarem café, alguns quase deitados a apanharem sol e tenho que lhes pedir licença para conseguir passar por detrás deles para sair de casa.

Na parte de trás existe uma pequena esplanada onde ouço muito barulho e gargalhadas de pessoas extremamente bêbedas que não sabem estar num café e até tenho algumas fotografias de homens bêbedos deitados no chão. A dona do café cozinha à meia-noite ou à 01 hora da manhã com o exaustor ligado que faz muito barulho e me incomoda porque a chaminé fica por cima do meu quarto de cama e não posso abrir uma janela porque os senhores ficam ali sentados.

De vez em quando vejo-os para ali com medições e estratégias; devem estar a planear fazer uma esplanada mas espero que a Câmara não autorize senão estou tramada, a não ser que compre aquele pedaço da parte da frente e faça uma varanda para me proteger. Não sei se têm padrinhos por fora que os estão a encobrir mas o que está a acontecer é muito mau.

Não tenho necessidade de ouvir as conversas deles e só não ouvem as minhas porque falo baixo. Já os mandei calar da minha casa, liguei várias vezes para a polícia que me diz que vão passar por lá mas não podem fazer nada, a não ser apelar ao bom senso e só a Câmara Municipal poderá fazer alguma coisa.

Não quero culpar a Câmara ou quem quer que seja mas a lei está mal. É bom que se abram cafés mas no local certo porque os moradores têm uma palavra a dizer. Se a minha casa tivesse rodas já a teria mudado para outro sítio.

É mau o que se passa ao pé daquele café desde as 06 horas da manhã até às 02 horas da madrugada. Não sei se se pode fazer com que o café feche mais cedo porque a polícia aparece, toda a gente se cala e dizem que nada mais podem fazer.

Não sei se deixariam abrir um café daqueles ao pé da porta de quem autorizou a sua abertura. Se pudessem mudar esta lei, eu agradecia porque eu é que estou a ser mal vista por estar sempre a chamá-los à atenção.

Comprei aquela casa antes do café abrir, mal a obra começou alertei com dois abaixo assinados que entreguei na Câmara, mas não consegui nada e não sei o que poderá ser feito para melhorar esta situação. Obrigada.

Sr. presidente da Câmara: – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhores membros da Câmara, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores.

Estas duas intervenções que acabamos de ouvir, embora com tipologias diferentes no que diz respeito a licenciamento de estabelecimentos, acabam por convergir numa mesma realidade. Há cerca de dois anos aprovámos aqui um novo regulamento de horários que trouxe alguma ordem e teve sucesso na sua aplicação mas, face à experiência que se vai tendo e às situações como esta que acabamos de ouvir, talvez mereça ser revisitado.

Neste momento o regulamento não estabelece zonas; é igual no centro da cidade, numa freguesia ou noutra qualquer lugar. Faz sentido que os cafés se mantenham abertos até mais tarde em determinadas zonas e não noutras. Este problema foi objeto de análise aqui em reunião do Conselho Municipal de Segurança em que foi discutido o que está a acontecer em alguns cafés e esplanadas em algumas zonas, na sequência de um infeliz incidente que resultou na morte de uma pessoa.

Ainda não o fizemos neste mandato mas talvez esteja na altura de revisitarmos o regulamento de esplanadas porque o mesmo também não estabelece diferenças no que respeita ao licenciamento. Neste momento é tão fácil abrir uma esplanada no centro da cidade como no Lameirinho ou noutra qualquer. Já agora, informo a D. Conceição que acabou de intervir, que, no caso concreto, a Câmara resolveu não conceder licença para a abertura de esplanadas mas estamos a fazê-lo usando um pouco um poder discricionário porque o regulamento não é claro a respeito da restrição quanto à localização de esplanadas.

As esplanadas são importantes no centro da cidade, particularmente numa altura em que queremos virar para o turismo, mas poderão não ser tão importantes no Lameirinho ou noutras lugares periféricos. Admito o interesse da abertura de esplanadas também numa zona balnear ou paisagisticamente mais importante, mas não será o caso que aqui foi falado ou o de muitos outros sítios onde elas já existam ou haja a intenção de as criar.

Esta é uma matéria merecedora de análise de nossa parte em sede de regulamento. A Câmara não possui neste momento grandes ferramentas do ponto de vista dos poderes discricionários mas vamos tentar usá-las enquanto esse assunto não se resolve. Já tínhamos notado esta necessidade no Conselho Municipal de Segurança num debate que acabou por convergir para uma situação semelhante a esta, um caminho que teremos que prosseguir nas próximas sessões da Assembleia Municipal.

O licenciamento de estabelecimentos em edifícios de habitação só pode ser regulado dentro do PDM que não estabelece qualquer tipo de restrição a respeito dessa matéria mas encontra-se em revisão e chegará a breve trecho a esta Assembleia. Nesta altura com o chamado

«licenciamento zero» de acordo com a lei, um espaço abre sob a responsabilidade do seu promotor e a Câmara só toma conhecimento depois do estabelecimento se encontrar aberto ao público.

Esta Assembleia tem o poder de introduzir no Plano Diretor Municipal, limitações à instalação de estabelecimentos em edifícios de habitação ou na sua proximidade, rua a rua ou freguesia a freguesia, mas tudo isso terá que ser feito com cautela sob pena de criarmos problemas que inviabilizarão o desenvolvimento comercial de certas zonas.

No que respeita ao restaurante atrás referido, as questões de natureza técnica precisam de uma análise um pouco mais apertada. Esta Assembleia aprovou o ano passado um regulamento de urbanização que não contempla nenhuma matéria sobre ventilação ou ruído e talvez o devesse fazer. Há questões de natureza técnica relacionadas com o isolamento sonoro, a ventilação e a introdução de vibrações em estruturas de edifícios que terão que ser revistas e o referido restaurante não obedece tão pouco ao regulamento existente.

As intervenções da D. Conceição Toste e da D. Filomena Veiga apontam para a necessidade desta assembleia analisar pelo menos dois, para não dizer três dos regulamentos em vigor. Quando o PDM aqui chegar para revisão deve conter normas sobre a coexistência de atividades que atualmente não tem.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e Exma. vereação, membros do público e jornalistas aqui presentes, bom dia a todos.

Agradeço a presença e as intervenções das duas senhoras a denunciarem situações que lhes dizem respeito e afetam, o que implica uma grande coragem porque hoje em dia as pessoas sentem que não vale a pena queixarem-se com receio de agravarem ainda mais os seus problemas. Muitas vezes aqui se denunciam situações por parte dos deputados municipais e obtém-se por parte da Câmara Municipal a resposta de que ninguém se queixou, por isso o problema não existe. Umhas vezes denunciamos nós, outras vezes vêm cá as pessoas queixar-se e dar a cara, ações merecedoras do nosso reconhecimento e aplauso.

Senhor presidente da Câmara, isto remete-nos para um conjunto de questões que o senhor referiu e bem mas esqueceu-se de dizer que, se os problemas estavam identificados, deveriam ter sugerido alterações aos respetivos regulamentos há mais tempo.

O licenciamento e a respetiva fiscalização destes estabelecimentos levam-nos a questionar o trabalho e a competência das equipas técnicas da Câmara Municipal, nomeadamente no que respeita ao primeiro caso em que o relatório da fiscalização refere que a chaminé estava bem e afinal não está. A Câmara Municipal tem um departamento de saúde pública veterinária com dois técnicos competentes e esse potencial deveria ser melhor utilizado.

Respondendo à intervenção do vereador Guido Teles, há uma outra questão que não podemos deixar passar. Todas as vezes que alguém aqui vem apresentar uma queixa acerca de um problema que não se resolve, obtém-se a resposta: «Estamos a tratar disso». Há quanto tempo estão a tratar disso? É que, quando se está a tratar de um assunto há demasiado tempo, não se está a tratar de todo. O dedo deve ser colocado na ferida porque está na altura de se atender às dificuldades das pessoas quando cá vêm diretamente falar de viva voz e quando as denúncias são feitas pelos partidos da oposição.

Uma questão aqui levantada quanto ao funcionamento deste tipo de estabelecimentos remete-nos à primeira questão que eu pretendia colocar no Período de Antes da Ordem do Dia

relacionada com o decréscimo da segurança no concelho de Angra do Heroísmo que culminou num homicídio em plena luz do dia.

Aumentaram os roubos e os problemas relacionados com droga, falámos da iluminação pública nas zonas urbanas e rurais e foi aqui levantada por diversas vezes pelas várias bancadas, a questão da falta de policiamento, um assunto aqui trazido também com muita frequência pelo deputado João Santos.

Temos um problema de segurança no concelho que se vai agravando. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos transmitisse as preocupações deste executivo e o que tem sido tratado no Conselho Municipal de Segurança porque os munícipes vivem numa sensação de insegurança. É-nos transmitida a impotência de que ninguém nos acode, extensiva às bancadas municipais do Partido Socialista e do CDS. Este é um problema que a todos deve unir e todos os esforços serão poucos para o resolver.

Sr. presidente da Câmara: – Esta intervenção, com a qual concordo, merece dois comentários. Em primeiro lugar lembro que os técnicos do município são competentes, caso contrário teríamos que agir de outra maneira. Quanto à demora na resolução das questões, muitas vezes não depende da nossa vontade mas do tempo que a lei prevê e temos um conjunto de regras talvez concedam demasiadas garantias do ponto de vista dos prazos mas isso ultrapassa os poderes desta Assembleia.

Se é verdade que o licenciamento zero trouxe grandes vantagens do ponto de vista de quem pretende iniciar uma atividade económica, também induziu a um conjunto de outros problemas que a legislação ainda não foi capaz de acomodar; veio retirar às câmaras e até à própria administração regional e central um poder de ação prévia, ou seja, passamos a agir depois de as coisas acontecerem. Neste momento alguém pode estar a abrir um café num local qualquer e apenas terá que comunicar que o abriu.

O licenciamento zero é um mecanismo com enormes virtualidades do ponto de vista da dinamização económica mas acarreta novos desafios e a única forma de os resolver é a adaptação pela via regulamentar. O senhor deputado pergunta porque ainda não o fizemos; não o fizemos porque alterámos o regulamento há muito pouco tempo e não vale a pena estarmos a alterar regulamentos todos os dias. É preciso voltar a fazê-lo tendo em conta a experiência da sua aplicação e a evolução da própria atividade no município que se alterou profundamente nos últimos tempos.

As questões de segurança preocupam os vereadores da Câmara Municipal de todos os partidos, têm sido abordadas em reuniões camarárias e levaram à convocação da reunião do Conselho Municipal de Segurança neste mês de setembro onde estiverem presentes os senhores presidentes de juntas de freguesia com assento no Conselho e as personalidades nomeadas por esta Assembleia.

O debate que aconteceu nesta mesma sala foi longo, talvez não tivesse tido a profundidade desejada e as razões também têm muito a ver com as restrições que todos temos em falar de casos concretos, particularmente no que respeita ao segredo de justiça e a algo que não esteja devidamente comprovado. Como não temos imunidade parlamentar, podemos ser processados por difamação ou algo assim e o debate acabou por se desenrolar demasiado taticista e cuidadoso devido a estas restrições que, creio terem sido sentidas por todos os membros do Conselho.

Desse debate tiraram-se duas conclusões: primeiro, e em relação à situação de segurança, as polícias apresentaram o respetivo relatório conforme a sua obrigação. Tínhamos tido uma diminuição das denúncias de crimes de 2014 para 2015 que já vinha de trás; este ano houve uma inversão desta curva com um aumento de 12% mas estamos a falar das leis dos pequenos números e este aumento pode parecer muito mas corresponde a três ou quatro casos. Para os

menos familiarizados com as leis dos pequenos números, se tivermos um aumento de um caso de um ano para o outro, temos um crescimento de 100%.

Ao falarmos de percentagens devemos perceber que a situação de segurança no concelho não se alterou substancialmente. Este aumento resulta de um conjunto de incidentes de segurança que aconteceram durante as Sanjoaninas deste ano, as que apresentaram mais incidentes desde que há memória envolvendo pancadarias, injúrias e coisas desse tipo. Alguns desses incidentes aconteceram em plena festa diante de centenas ou milhares de pessoas.

Houve um grande aumento noutra classe de crimes resultantes de violência doméstica. Reparem que o aumento das denúncias não significa necessariamente um aumento da criminalidade mas a verdade é que chegaram mais queixas.

Não é propriamente uma situação catastrófica mas também não nos deve fazer felizes e a verdade é que a ausência de policiamento no nosso concelho e em toda a ilha é flagrante. Tanto quanto sei, há noites com duas equipas de serviço apenas em cada concelho, o que é manifestamente insuficiente; ao que parece, isso acontece nos períodos em que há mais pessoas de férias ou de licença.

O problema do policiamento é grave. Tive a oportunidade de reunir com a senhora Secretária de Estado da Administração Interna que se deslocou à Câmara e depois fomos visitar uma das esquadras. Tivemos a oportunidade de falar, há empenhamento do Governo sobre essa matéria mas não me parece suficiente.

O problema não tem apenas a ver com o número de polícias mas sim com os horários e a forma como os turnos estão organizados. Há um conjunto de questões verdadeiramente complexas e difíceis que devem ser resolvidas por quem de direito, neste caso o respetivo comando e a estrutura governamental que o tutela. Esta insatisfação já foi manifestada pela Câmara e acho que o deveria ser também por esta Assembleia porque as coisas não estão a correr da maneira como deveriam.

Há outras questões relacionadas com a capacidade de atuação do Ministério Público cuja representante disse não possuir recursos para resolver todas as situações. Existe a incapacidade de se resolver todas as questões judiciais, uma matéria que deveria também ser aqui debatida em sessão da Assembleia, fazendo chegar ao Ministério Público a nossa insatisfação com o funcionamento do sistema.

Na sequência da reunião do Conselho Municipal de Segurança, a situação das polícias e do Ministério Público deveria merecer uma análise específica desta Assembleia. Talvez não fosse má ideia solicitar a presença de responsáveis pela polícia e pelo ministério público para que dissessem aqui de viva voz o que disseram no Conselho Municipal de Segurança, levando a que esta Assembleia pudesse decidir sobre a matéria.

Termino a minha intervenção com um apelo aos senhores que estiveram presentes no CMS em representação desta Assembleia - e estiveram presentes pelo menos quatro - para que façam também aqui um relatório do que lá aconteceu porque esta matéria deve ter mais do que uma visão.

Sr. d. m. Péricles Ortins: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados. Começo por manifestar o meu agrado pela abertura do museu da Boa Nova, pela qualidade da obra e pela exposição lá presente.

Como segundo ponto, manifesto a minha satisfação mas também alguma preocupação pelo previsível aumento de visitantes durante a época baixa e do turismo em geral. É importante começar já a preparar o concelho para esta alteração que se revelará bastante acentuada já no próximo ano. A Câmara Municipal tem promovido diversas iniciativas, bem sucedidas de um

modo geral, mas é necessário um maior envolvimento de outras entidades ligadas a questões de segurança, de atividade privada, etc.

Pediram-me que aqui expusesse a questão do circuito dos mini buses e a possibilidade de se estudar a manutenção da passagem pela zona da Silveira, tendo em conta o aumento do fluxo turístico durante o verão e o usufruto dos habitantes daquela zona durante todo o ano, e também a possibilidade desses mini autocarros circularem mais perto do Centro de Saúde de Angra.

Finalmente destacamos o trabalho que tem sido realizado nesta última época nas zonas balneares, nomeadamente algumas intervenções que foram feitas no início deste verão no piso do cais da Silveira que ficou muito melhor. Deve ser dada continuidade a este processo de melhoramentos também na rampa de acesso, cujo piso se encontra cada vez mais degradado, e nas condições de higiene e limpeza de alguns balneários.

Sr. presidente da Câmara: – O circuito dos mini autocarros pela Silveira está contratualizado, não traz qualquer aumento de custos para a autarquia e não funciona todo o ano devido à falta de clientes a partir de certa altura. O circuito pode manter-se enquanto houver um fluxo de clientes que o justifique porque não acarreta quaisquer encargos.

Foi feito algum investimento nas zonas balneares. O senhor vice-presidente da Câmara e eu tivemos a oportunidade de manifestar junto do hotel a nossa insatisfação com a falta de limpeza e arrumo das casas de banho cuja manutenção é da sua responsabilidade em troca da concessão do café que é propriedade municipal.

Os responsáveis pelo hotel, talvez com alguma razoabilidade, alegam o excessivo vandalismo que ali ocorre; as pessoas penduram-se nos chuveiros, acontecem por ali outras coisas que não deveriam acontecer e a razão assiste um pouco a ambos os lados. Não estamos perante uma daquelas situações em que se possa vilipendiar mais o hotel porque os utentes fizeram ali coisas que não deveriam ter feito.

Teremos que proceder a várias aberturas no cais para a substituição de algumas daquelas luminárias que se encontram demasiado oxidadas e oferecem risco. Já chegaram as luminárias novas em material inox para lá colocar, resolvemos não o fazer agora para não causarmos perturbação durante a época balnear mas fá-lo-emos dentro de cerca de um mês. Vamos aproveitar a abertura de valas para a colocação de chuveiros no exterior e dessa forma tentar limitar o acesso à função de casa de banho no edifício porque constatámos ali sérios problemas de vandalismo. Nota-se que as casas de banho foram mal tratadas e encontram-se em péssimo estado.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Bom dia senhor presidente da Assembleia e ilustre Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados, senhores jornalistas. Embora as duas cidadãs deste município tenham intervindo nesta Assembleia por questões de natureza particular - e com toda a legitimidade - eu desejaria que aparecessem mais pessoas do concelho para partilharem connosco as suas preocupações, transmitindo sinais de preocupação política, vivência e partilha de dificuldades perante os órgãos eleitos. Quanto mais munícipes por cá aparecerem a expor questões relacionadas com a vida do concelho, melhor será para a democracia porque a aproxima mais dos cidadãos.

Queixo-me sempre que Angra é azarenta, como o pudemos confirmar em diversas situações, mas o núcleo histórico da Boa Nova, já aqui referido pelo engenheiro Péricles Ortins, é um bálsamo que ameniza os desastres arquitetónicos recentemente inaugurados e outros que por aí virão. Espero que o futuro Centro Interpretativo, imaginado e desenhado por um arquiteto de renome, venha também suavizar a asneirada arquitetónica que tem sido levada a cabo nalguns pontos desta cidade.

Não sendo um homem da história, sei que o senhor presidente da Câmara tem boa memória mas volto a lembrar-lhe a questão do Pico das Cruzinhas para que tente influenciar quem de direito e possamos ter aquele problema resolvido no espaço máximo de um ou dois anos.

Sendo engenheiro, o que nos facilita a vida no que respeita às questões construtivas, pergunto-lhe ainda se não será possível fazer uma correção naquela curva da estrada na Silveira à semelhança do que se fez nesta marginal que vai em direção ao hotel Angra Marina.

Uma questão mais interessera tem a ver com as zonas balneares. Por ser mais perto da minha casa, tenho frequentado episodicamente o Negrito que, como sabem, é simpático com a maré cheia mas super antipático com ela vazia. Com a maré vazia, as pessoas que sobrevivem à tona de água nadando minimamente, vão para a ponta do cais que tem um muro bem alto e aquela célebre escada de aço que é muito boa mas, por razões de manutenção, nunca consegue manter aquelas tirinhas de borracha, o que origina uns escorregões de vez em quando. Como já sou mais velho, o que me vale é a força que tenho nos braços que compensa a menor força das pernas para evitar eventuais descarrilamentos.

Apesar das pancadas do mar, talvez o senhor presidente da Câmara consiga imaginar uma solução mais amigável para aquela ponta do cais com a substituição daquela escada de aço por um outro tipo de aproximação ao mar através de uma escada convencional.

Sr. presidente da Câmara: – O município resolveu assumir a questão respeitante ao Pico das Cruzinhas. Procedemos à colocação de uma rampa que permite o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e fez-se o estudo técnico sobre a forma de resolver os problemas de fissuração lá existentes; não é uma tarefa fácil porque aquele monumento foi uma das primeiras obras feitas em cimento praticamente puro com uma argamassa e técnicas raramente usadas nos dias de hoje. Trata-se de uma obra notável dos anos 30 que exige uma intervenção muito complexa do ponto de vista técnico já devidamente estudada, o que nos permitiu identificar a tipologia das argamassas a utilizar.

A questão da estrada é uma das maiores irritações do meu dia. Como moro para aquelas bandas, já me aconteceu ficar frente a frente com outros carros por três ou quatro vezes porque alguém resolveu parar onde não devia. O que se passa ali não é uma obra de engenharia mas de trânsito. Está lá um sinal de paragem proibida e um risco amarelo no chão, tudo para que ninguém pare o carro ali mas a verdade é que isso acontece todos os dias.

O alargamento da estrada para cima da Silveira poderia instabilizar um paredão antigo cujas condições técnicas desconhecemos. Trata-se de uma obra muito antiga que não deve ser alterada sob pena de ali causarmos grandes perturbações, além do inevitável impacto sobre a própria Silveira, uma das nossas melhores zonas balneares.

A paragem e o estacionamento já estão proibidos mas a solução passaria por uma polícia que atuasse quando fosse preciso, o que não acontece. Ali não precisa de engenharia mas sim de polícia.

Resolvemos adiar a repavimentação daquele troço desde a Silveira devido à passagem de muitas toneladas de pedra para a proteção do Fanal. Existe a possibilidade de alterar o perfil ali com a colocação de uma barreira alta impossível de transpor por qualquer carro ou jeep. Parece-me que, para resolver este tipo de problemas na nossa terra, melhor do que os sinais de trânsito, são as barreiras físicas.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, executivo, caros colegas deputados municipais. Gostaria que o senhor presidente nos transmitisse as principais conclusões ou sugestões resultantes da última reunião do Conselho Municipal de Segurança.

Isto recorda-nos a antiga discussão da proposta do CDS-PP que defendia a criação de uma polícia municipal. Na altura alguns manifestaram-se vivamente contra mas estas questões têm sido recorrentes ao longo das sucessivas sessões da Assembleia Municipal. Cada vez faz mais sentido a existência de uma polícia municipal que salvguarde a segurança do concelho, visto não termos poderes sobre as forças da Polícia de Segurança Pública.

A respeito do sucessivo vandalismo dos espaços públicos e não só da Silveira, há pouco tempo durante um churrasco na Salga, fui às casas de banho públicas e aquilo era um submundo; nem preciso dizer-vos o que lá vi. Seguindo os exemplos do que se passa nos países mais civilizados no norte da Europa, e já que cobramos taxas para tantas coisas, estes espaços públicos poderiam ser usados mediante um pagamento meramente simbólico para pagar a uma pessoa que deles tomasse conta.

Quanto ao PDM, o regime de licenciamento zero é absurdo; compreendo que se aplique a determinados espaços mas há outros sujeitos a regras muito apertadas de higiene e segurança. É preciso coragem para atuar ativando a fiscalização e quem não fizer a obra como deve ser, corre o risco de ver a porta fechada dois ou três dias depois.

Isto transporta-nos para uma conversa de há dois anos a respeito do mercado municipal que apresentava falta de condições de higiene e segurança com as tais *pragazinhas* de patas. Na altura questioneei sobre as vistorias e solicitei o acesso ao relatório, o senhor presidente da Câmara referiu que não o tinha, ficava-se pelo que tinha sido dito na comunicação social e garantia-me que essas pragas não existiam; agora saíram das paredes do mercado, alastraram-se pelo concelho e temos ratos por todo o lado.

Onde está o IRAE? Situações como estas trazidas aqui pelos munícipes não podem acontecer porque a Câmara tem capacidade para acionar mecanismos através do seu próprio departamento de saúde pública. Não é possível que em pleno século XXI tenhamos no centro histórico restaurantes a funcionar nestas condições como se estivéssemos num qualquer bairro degradado de submundo onde os restaurantes proliferam sem qualquer controlo de higiene e sanidade.

Não podemos correr o risco de possuir um PDM super exigente com determinadas situações que criam constrangimentos aos munícipes e ao mesmo tempo omite aquelas que os deveriam proteger. Se estamos a rever o PDM, julgo termos capacidade de colocar constrangimentos à própria tipologia dos espaços que se vão abrindo para que a Câmara possa acionar os mecanismos adequados à sua fiscalização.

Questiono mais uma vez o senhor presidente da Câmara sobre a forma como está a decorrer a campanha de desratização. Na última sessão da Assembleia toda a gente considerava esta estratégia a mais correta mas não sei se está a resultar porque vejo nas pessoas uma preocupação crescente.

Para finalizar, o que nos pode adiantar sobre o estudo de trânsito, senhor presidente? Esta Assembleia aguarda-o há imenso tempo para se poder pronunciar porque da última vez que falámos, ficámos naquele registo dos tracinhos.

Sr. presidente da Câmara: – Concordo com a senhora deputada e acho que devemos pensar na criação de uma polícia municipal. Encontram-se aqui algumas pessoas que estiveram presentes no Conselho Municipal de Segurança onde apresentei sugestões e pedi aos restantes membros que me apoiassem. A polícia municipal foi também objeto de discussão nessa reunião onde alguns membros expuseram as suas posições. Está em curso uma proposta de lei de alteração das competências do município com um capítulo inteiro sobre a matéria.

O processo da desratização foi retumbante e as coisas acorreram melhor do que o esperado. Tivemos oportunidade de reunir nesta mesma sala com os senhores presidentes de junta de freguesia para o balanço da campanha e passagem à segunda fase e passámos a época dos

milhos mais intensa sem as queixas habituais. A apreciação da Câmara é que o processo foi bem-sucedido como o podem comprovar os senhores presidentes de junta aqui presentes e no próximo ano continuaremos com mais duas épocas de desratização.

Ainda não tive oportunidade de olhar para o estudo de trânsito que foi entregue nas últimas duas semanas. Está a ser analisado pelos nossos serviços técnicos e logo que o consulte, falaremos.

Sr. d. m. Vasco Capaz: – Bom dia a todos. Sou um dos representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Segurança e, satisfazendo o pedido do senhor presidente da Câmara, tenho duas questões a referir. Na sequência de uma intervenção da junta de freguesia de Santa Luzia, transmito um pedido do senhor comandante da polícia para que os senhores presidentes de junta o contactem diretamente e solicitem reuniões pessoais sempre que pretendam tratar de problemas de segurança e não se fiquem pelo ofício ou pela mensagem por *correio electrónico* que poderão acumular-se na resma dos pedidos.

A questão da polícia municipal foi também abordada nessa reunião do Conselho onde recebemos a informação de que a existência desse corpo policial em Ponta Delgada não se traduziu na diminuição da criminalidade porque as polícias municipais não desempenham essas funções e acarretou até um encargo financeiro muito maior.

Para que haja um polícia a transitar são precisos três porque funcionam em turnos, comem, precisam de viaturas, de combustíveis, etc., e tudo isso terá que ser contabilizado em relação à sua eficácia. Deixo aqui esta lembrança a quem tenha que estudar toda essa problemática.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Muito bom dia senhor presidente, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados, membros da comunicação social. Trago duas preocupações e uma questão recorrente a respeito do ponto da situação e a forma como estão a decorrer os trabalhos relativos à circular junto à escola Tomás de Borba.

Uma das minhas preocupações é referente às pontas de cigarros nas zonas balneares e no jardim público. Tive a felicidade de passar cá este verão, frequentei a Silveira durante três semanas e tenho reparado que pela manhã o cais grande se encontra cheio dessas beatas; como tenho um filho com dois anos que se considera um aspirador ambulante, apanha-as e coloca-as no lixo mas é um trabalho que não lhe compete. Já apanhei garrafas de cerveja do chão no jardim público e coloquei-as no lixo e vemos beatas por todo o lado, enquanto existe um cinzeiro numa casinha à entrada do lado esquerdo.

Infelizmente parece-me que neste país as pessoas só reagem com proibições e multas em vez de se comportarem civicamente. Se os fumadores não têm a consciência de colocarem a beata no cinzeiro, talvez seja melhor a proibição de fumar nas zonas balneares para que as pessoas percebam que têm que zelar pela preservação e limpeza dos nossos espaços.

Gostaria de expor também aqui a presença das ambulâncias nas touradas. Em agosto houve um acidente com alguma gravidade na zona de Entre Ladeiras em que o condutor ficou ferido com alguma gravidade. Uma pessoa minha conhecida chamou a ambulância e chegou a polícia. Entretanto, o senhor que tinha a cabeça aberta desmaiou e foi levado para o hospital por um particular porque a ambulância não chegava. A polícia foi questionada e soube-se que as três ambulâncias disponíveis estavam afetas às touradas que decorriam na altura.

Não pondo em causa a importância das touradas para a economia da nossa ilha, ou não se devem autorizar tantas touradas como o número de ambulâncias disponíveis ou deverão existir mais ambulâncias na ilha de maio a outubro.

Sr. presidente da Câmara: – O que sei em relação à obra da circular que pertence ao Governo, é que o seu arranque está previsto para os próximos tempos porque existem problemas relacionados com expropriações de terrenos, declaração de utilidade pública e outras

questões de falta de acordo com alguns proprietários, o que tem atrasado o arranque da obra. Vi no jornal oficial um conjunto de declarações de utilidade pública que, suponho, terão a ver com a solução para essas expropriações.

As pontas de cigarros são um problema gravíssimo não apenas nos espaços públicos, mas em toda a cidade. Os passeios nesta zona mais próxima estão vergonhosamente cheios dessas pontas apesar das diligências de quem limpa e dos cinzeiros disponíveis se encontrarem exatamente ali. A proibição de fumar faz sentido, principalmente nos espaços frequentados por crianças como o jardim e as zonas balneares, bastando para isso introduzi-la no código de posturas, e quem quiser fumar poderá fazê-lo cá fora.

O assunto das ambulâncias tem preocupado a Câmara Municipal. Não há neste momento nenhum regulamento que obrigue ou condições para a existência de uma ambulância junto de cada tourada de rua. As ambulâncias não estão lá e são chamadas quando há um acidente e alguém se magoa.

Um grupo de pessoas ligadas às touradas tem vindo a pressionar a Câmara para incluir no despacho anual sobre touradas a obrigação dos seus promotores terem uma ambulância junto ao arraial, o que acarretaria custos ao promotor da tourada e originaria a falta de ambulâncias na ilha. No caso que referiu, poderia ter acontecido um acidente noutra qualquer tourada naquele momento porque, por regra, as ambulâncias não estão presentes junto aos arraiais.

Este é um problema complexo que precisa de ser resolvido pelo gabinete das touradas e pela Assembleia Legislativa Regional. Posso adiantar que a Câmara não obrigou à presença de ambulâncias nas touradas de rua.

Sr. d. m. João Santos: – Muito bom dia Exma. Mesa, Exma. Câmara, colegas deputados. O senhor presidente da Câmara deverá saber como são feitas as estatísticas e obtidos os números referentes aos 12% de aumento da criminalidade que referiu e que não têm qualquer validade. Quando falamos de criminalidade e de segurança no concelho devemos ter em conta variadíssimos aspetos como os furtos, os roubos, as agressões, os homicídios, o vandalismo e até a linha 112.

O nosso sistema de justiça chegou a um ponto de descredibilização tal que as pessoas nem se dão ao trabalho de irem à polícia apresentar queixa porque passam lá duas horas, têm que preencher inúmeros papéis, passados 15 dias recebem uma carta para voltarem lá e fazer não sei o quê e recebem outra cerca de seis meses depois com a boa notícia de que o processo foi arquivado por falta de desenvolvimentos. É uma enorme perda de tempo também para os polícias que levam ao tribunal pela manhã os detidos da noite, por volta das 10H00 ou 10H30 os detidos estão cá fora e o polícia, que deveria ter saído de serviço às 08 horas da manhã, à 01 hora da tarde ainda está a preencher documentos.

Estes 12% não são reais. Percebo que só podem contabilizar os factos que lhe são comunicados, mas todos nós decerto já vivemos situações em que sentimos que de nada nos serviria ligar para a polícia. Vivo cá há 24 anos e não sei se tinha havido algum homicídio por roubo como o que aconteceu na Memória há pouco tempo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Trata-se de um cadastrado perfeitamente referenciado e libertado há pouco tempo.

Sr. d. m. João Santos: – Exatamente. Depois temos as agressões como nos casos de violência doméstica cuja maioria não é sequer denunciada. Tenho conhecimento de dois casos denunciados à PSP com pedidos de ajuda e a nenhum deles foi dada resposta. Num desses casos, como eram 2 horas da manhã só existiam dois polícias no concelho e tinham ocorrido a um acidente de viação. Portanto, a senhora que tivesse paciência....

Vozes na sala: – Que levasse mais...

Sr. d. m. João Santos: – Num outro caso, um agente estava momentaneamente disponível, mas as patrulhas só podem sair de carro com um mínimo de dois elementos. Depois temos os casos de vandalismo aos sinais de trânsito, aos caixotes do lixo, às obras, às placas toponímicas, etc.

A senhora vereadora Raquel Ferreira publicou numa rede social por diversas vezes que os canteiros colocados pela Câmara para embelezarem o concelho não aguentam mais de 24 horas sem que sejam vandalizados e destruídos com as plantas arrancadas.

Concordo com o senhor deputado Vasco Capaz quando diz que a polícia municipal não desempenha funções criminais e que o assunto tem que ser bem discutido e ponderado no que respeita aos custos, etc., mas não acredito que alguém vá assaltar a ourivesaria Brasil na rua da Sé se estiver por ali um polícia municipal sem poderes de intervenção em funções criminais porque, quanto mais não seja, tem poderes dissuasores.

Não são declarações minhas, não vi, não sei e não afirmo categoricamente mas contaram-me que, não raras vezes, a PSP destaca um único elemento para atender a linha 112 que cobre todo o arquipélago quando, o desejável seriam dois elementos e o ideal, três. Esse elemento tem que comer ou precisa de ir à casa de banho e nesse momento pode acontecer alguma coisa.

Penso tratar-se de uma falta de dinheiro e não de efetivos. Já presenciei algumas reuniões em que foi solicitado policiamento, o representante da PSP abordou de imediato a falta de efetivos e no decorrer da conversa acabou por perguntar se se tratava de um serviço pago porque, se necessário fosse, seria disponibilizado um reforço com dois agentes vindos de S. Jorge e dois da Graciosa. Eu assisti a isto e assumo aquilo que assisti.

Nunca nesta terra se deixou de realizar uma tourada à corda ou de praça, rali ou festa de freguesia por falta de polícias porque não há falta de polícias; o que há é falta de dinheiro para pagar aos polícias porque a polícia pergunta: «Ai é pago? Só precisa mesmo desses? É que temos dois agentes ali em S. Jorge e um na Graciosa, podemos mandá-los vir e reforçar o policiamento.»

Se calhar, há um custo que tem que ser assumido porque o policiamento tem que ser pago à PSP ou à polícia municipal. Espero que os senhores presidentes de juntas de freguesia, a quem foi recomendado que contactassem diretamente o senhor comandante da polícia para falarem sobre os problemas das suas freguesias, tenham mais sorte do que o grupo municipal do Partido Socialista que solicitou três audiências e todas foram recusadas porque o senhor não falava com membros das assembleias municipais.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e executivo, caros colegas membros da Assembleia. Também fiquei bastante sensibilizada com as intervenções das cidadãs que aqui vieram expor os seus problemas. É muito desagradável que não nos possamos sentir confortáveis na nossa própria casa e por isso deve ser feita uma revisão do regulamento a respeito dos bares, restaurantes e esplanadas.

Como o senhor presidente da Câmara sugeriu, devemos manifestar perante o Governo Regional a nossa insatisfação em relação ao policiamento. Como referiu o senhor Vasco Capaz, pelos vistos a polícia municipal em S. Miguel não trouxe grandes benefícios em termos de segurança. Será que devemos criar uma polícia municipal que afinal não nos resolva os problemas? Estamos a tentar ver o assunto de forma superficial e não me parece que esse seja o caminho mais correto.

Sra. vereadora Catarina Matias: – Bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Estive presente na última reunião do Conselho Municipal de Segurança e notei por parte da PSP a falta de interesse na criação de uma polícia municipal que, quando a mim, deveria ser criada.

Há três anos que ouço falar de um agente que estaria ao pé da CGD, daria uma volta à noite pelas principais ruas da cidade... e a resposta do senhor comandante foi: «nem vai ver.» O agente tem que ir para o Alto das Covas, para o palácio dos Capitães Generais ou para outro lado.

Acho que todo o Conselho percebeu que a própria associação da PSP não estaria interessada nessa polícia municipal. O senhor referiu que havia vencimentos a pagar, licenças de paternidade a conceder e era preciso um cozinheiro. Confesso que fiquei um pouco à toa com esta do cozinheiro. Porque que razão a PSP precisaria de um cozinheiro quando a Câmara Municipal não tem cozinheiros para dar aos seus funcionários? Se calhar, por uma questão de logística, poderia haver uma parceria com a PSP para que fossem lá comer.

Pelo que percebi, se houver uma polícia municipal, os polícias deixariam de receber os gratificados para as touradas. A PSP pode intervir e multar, enquanto um polícia municipal poderia apenas amenizar uma qualquer situação.

Acho de todo o interesse a criação de uma polícia municipal mas trata-se de uma situação a avaliar pela autarquia. Já que não verei agentes da PSP na rua, sentir-me-ia mais segura se visse ao menos um polícia municipal.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período compreendido entre 1 de junho e 31 de agosto de 2016, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – No que respeita às obras, foi adjudicada a conclusão da escola de Santa Bárbara e encontra-se em vias de adjudicação a construção do edifício da rua do Marquês. Está em curso e em fase avançada de construção a obra de alargamento do jardim e a recuperação de parte da casa do Capitão Donatário que a Câmara adquiriu.

A obra do jardim por ser relativamente fácil, estimamos tê-la pronta até ao Natal e as restantes pequenas obras estão a decorrer ao ritmo esperado sem quaisquer anomalias. A casa que tinha sido construída no leito da ribeira na rotunda das Bicas já foi demolida, foi reaberto o leito da ribeira, será construída uma bacia de retenção de terras e outros materiais e encontra-se adjudicada a construção da parede ao longo da via que vai ser reforçada com gaviões para maior segurança em caso de sismo.

Por razões de financiamento falta adjudicar ainda um trabalho de construção de um canal subterrâneo para evitar que a água transborde pela rua devido a uma manilha ali instalada de 300 mm que é manifestamente insuficiente. A outra obra de alguma dimensão é a recuperação do campo de jogos da Ribeirinha que se encontra na fase final a decorrer com toda a normalidade.

Terminou-se a fase de manutenção de grandes edifícios escolares restando apenas algumas pequenas questões que estão a ser resolvidas e a abertura do ano letivo decorreu com toda a normalidade.

Está a decorrer o primeiro troço da obra do passeio pedonal do Fanal do Cais da Figueirinha até à fábrica dos pirolitos e o reforço daquele largo por cima das portas e está em construção a estrutura militar dentro do quartel do RG1 para substituir a de cá de fora que será posteriormente demolida para a construção de um parque de estacionamento para 200 viaturas.

O projeto do mercado municipal está concluído e encontra-se em revisão e foram necessárias correções ao projeto do reforço costeiro do Fanal por razões de natureza geológica que não me parece terem sido devidamente acauteladas.

Foi publicada no Diário da República esta manhã uma alteração à organização dos serviços municipais com a redistribuição de competências nas áreas do desporto e da cultura e a criação de uma nova área da economia que não tínhamos. No que toca às questões de natureza financeira do município, a situação está a evoluir dentro da normalidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Pegando na questão das pragas urbanas, esses bichos que aí andam causam-nos cada vez mais problemas de higiene, de saúde pública e de conservação do património. Esta Assembleia e os mais variados fóruns de decisão política devem ser firmes nas decisões que tomam e deixar de recear os ruídos causados pelos diversos ativistas.

Reconhecendo a legitimidade democrática e os direitos às opiniões que a lei lhes assiste, acho que o barulho dos amigos dos bichinhos cada vez que é preciso resolver um problema de uma praga, começa a causar sérias dificuldades se nos inibirmos de tomar decisões. Há problemas que requerem o uso de palavras fortes como «extermínio». O caso dos ratos e dos pombos e outros, requerem uma ação dura e forte e não se vai lá com medidas paliativas de sensibilização.

São necessárias medidas orçamentais e decisões políticas claras no combate eficaz a essas pragas. Por melhores que sejam as medidas de sensibilização, os senhores presidentes de junta de freguesia sabem o que acontece com os ratos, sobretudo na altura do corte do milho forrageiro para silagem.

Sabemos que as medidas que conduzam ao extermínio dessas pragas terão algum impacto ambiental e levantarão alguns incómodos aos defensores dos direitos dos animais que gostam de atirar milho aos pombos no jardim público, um comportamento que acarreta muitos problemas, mas se essa franja de protecionistas não for afrontada, a grande massa urbana continuará a ter problemas com o seu bem-estar, com a saúde e com o património.

Não devemos temer o uso de palavras fortes e da tomada de decisões só porque alguns vão fazer ruído para a comunicação social. Os cães ladram mas esta caravana de combate às pragas urbanas e rurais tem que passar, mesmo que alguns se sintam mais incomodados.

Senhor presidente da Câmara, já passou demasiado tempo desde a sua apresentação das linhas gerais do estudo de trânsito na câmara do comércio e desde que este grupo municipal fez um requerimento para a apresentação desse estudo aos membros da Assembleia. Continuamos sem saber se o estudo que o senhor encomendou e pagou já se encontra pronto e o que vai acontecer porque algumas decisões já foram tomadas.

Tem sido relatado um problema ao nível das várias freguesias do concelho relacionado com os depósitos de plásticos agrícolas localizados junto aos postos de recolha de leite. Não sei quem a faz, mas têm sido muitas as queixas da demora na recolha daqueles materiais. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse também a respeito do destino desses plásticos e resíduos agrícolas que acabam por ser dispersados pelo vento, sofrer vandalismos e originar maus cheiros.

Torna-se necessário que o comércio e serviços da cidade, públicos ou privados de apoio ao turismo, adequem os seus horários ao aumento do turismo que se tem verificado. Gostaríamos de conhecer as medidas previstas pela Câmara Municipal no sentido de uma melhor sensibilização do comércio e serviços do concelho à previsão do aumento do fluxo turístico.

O deputado Péricles Ortins falou da manutenção das zonas balneares e eu gostaria de referir a manutenção de recintos desportivos, dando como exemplo o campo de jogos municipal de Angra do Heroísmo onde joga o Sport Club Angrense, equipa que disputa os campeonatos

nacionais. Aquele espaço merece mais algum cuidado porque nos têm sido reportadas queixas quanto à limpeza do recinto, à existência de cadeiras partidas que não são substituídas e à necessidade da construção de uma cobertura para a bancada.

Registei o início dos procedimentos com vista à construção do pavilhão desportivo de S. Mateus. Mais uma vez deixo a mensagem clara que nada temos contra a construção do que quer que seja mas é na Terra Chã que existe a prioridade mais antiga da construção de um recinto desportivo. Está lá sediado o clube «Os matraquilhos» com um número assinalável de praticantes e com um bairro que necessita de uma atenção cuidada em termos sociais. Essa promessa foi feita quando a junta de freguesia era socialista mas foi esquecida quando mudou de cor política.

Não pode haver filhos, enteados e muito menos, bastardos. Há que sinalizar um problema e priorizar as escolhas orçamentais e políticas da Câmara. Se bem que reconheça as necessidades de S. Mateus, o problema maior reside na Terra Chã, uma freguesia que não deve ser esquecida por ser do PSD.

Para finalizar, e referindo o concurso de artes «Walk & Talk», a arte faz bem a qualquer concelho mas, mais importante do que resolver as ruínas com obras de arte, seria resolver o eterno problema urbanístico criado com essas mesmas ruínas como o antigo silo dos celeiros, o edifício do hospital velho e o edifício da ELA, a antiga empresa de laticínios dos Açores. Mais uma vez questiono o senhor presidente da Câmara a respeito do que a Câmara está ou pretende fazer, se os edifícios vão ser vendidos ou demolidos porque estão em causa questões de segurança, de saúde pública, de urbanismo, etc.

Sr. presidente da Câmara: – Precisamos mesmo de exterminar algumas coisas. Creio que o trabalho em relação aos ratos está a ser bem feito mas temos tido sérios problemas com os pombos em Angra porque há pessoas que se deslocam rotineiramente ao jardim para os alimentar e o regulamento de posturas prevê uma multa para isso. Sempre que os vigilantes vêm as duas pessoas que habitualmente fazem isso, tentam acompanhá-las até à saída, lembrando-as que não o podem fazer.

O problema reside no antigo hospital onde os pombos nidificam. O edifício transformou-se num gigantesco pombal, a empresa proprietária já foi notificada para, pelo menos, tapar as janelas e parece-me que se encontra na fase final de venda do imóvel. Com a gentileza de me manterem no circuito das negociações, vão-me dando conhecimento dos *e-mails* trocados entre as partes e as coisas parecem estar a correr no bom sentido. O edifício foi visitado cerca de uma dúzia de vezes, eu também lá fui, e nunca lá foram encontradas pessoas a pernoitar.

O envenenamento dos pombos é algo complexo e complicado. A Câmara gastou largos milhares de euros num contracetivo para pombos durante a última década; que eu saiba, o método não apresentou qualquer resultado razão pela qual deixámos de o aplicar, e é nas zonas de nidificação que nos devemos concentrar.

Quanto ao estudo de trânsito, vou analisar o que lá está e logo falaremos.

Os postos de recolha de plásticos agrícolas são privados. A serralharia do Outeiro foi autorizada a colocar estas estruturas em vários locais do concelho e tem a obrigação de as manter limpas e arrumadas com a recolha atempada dos plásticos. Tanto quanto sei, as coisas têm corrido relativamente bem mas temos recebido queixas por parte do dono da estrutura porque os agricultores acham que aquilo é um caixote do lixo e vão por lá aparecendo bezerros e cães mortos além de outro lixo que nada tem a ver com plásticos agrícolas.

Vemos também aqui uma enorme falta de civismo. Convido os senhores membros da Assembleia a passarem pelas ditas estruturas; como são feitas em rede, basta passar de carro para se ver o que lá põem. Apesar de tudo, voltarei a lembrar a serralharia do Outeiro da obrigação de recolhas atempadas e peço aos senhores presidentes de junta que façam o mesmo

se verificarem que as recolhas não estão a ser feitas atempadamente. Façam o favor de tomar boa nota disto.

O turismo tem crescido muito e já temos reservas para o período do Natal, sensivelmente equivalentes ao período das Sanjoaninas, o que implicará necessariamente outras atividades. Pelo menos, cerca de mil milhões de pessoas viram a nossa cidade; se 0,1% dessas pessoas vierem a Angra, farão o nosso turismo crescer 200%.

Temos vindo junto da Câmara do Comércio a tentar a adequação de horários e demos o exemplo do mercado municipal e de outros espaços do município. Felizmente os turistas não têm grande relação com os serviços públicos, exceto no que toca à informação que tem funcionado bem durante a época alta e manter-se-á ali no canto da praça enquanto houver turistas.

São necessárias grandes alterações nas práticas do comércio tradicional, uma matéria que já cumprimos no que nos diz respeito. Esta Assembleia aprovou e bem a liberdade no horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais entre as 07 horas da manhã e a meia-noite em qualquer dia da semana sempre que o proprietário assim o deseje. Temos periodicamente manifestado junto da Câmara do comércio a vontade de deslocar o período de funcionamento das lojas particularmente para o fim da tarde, a altura de maior movimentação de turistas e maior número de pessoas na rua, quando quase tudo se encontra encerrado.

Na semana passada tivemos reuniões preparatórias com a Câmara do Comércio a respeito do período do Natal no sentido de se fazer um conjunto de atividades de animação turística entre novembro e janeiro. O nosso programa subordina os que são preparados pela Câmara do Comércio porque são quem estabelece maiores contactos com os comerciantes e esperamos êxito nesse processo como aconteceu no verão.

Estamos numa fase preparatória no que respeita à construção do pavilhão de S. Mateus e não o vamos fazer por falta de financiamento. Não o poderemos provavelmente construir neste mandato por questões que se aplicam a todas as freguesias e não, apenas a S. Mateus. Foi esta a nossa decisão pelas razões que os senhores bem conhecem, assumimos o que dizemos e o que pretendemos fazer porque creio estarmos nesse direito. É bom que tenhamos a noção de que nesta altura não há nenhuma linha de financiamento disponível para avançar com a construção de infraestruturas desportivas, uma limitação que provavelmente impedirá a construção deste e de outros pavilhões.

O «Walk & Talk» visa aproveitar temporariamente espaços disponíveis, o que foi feito com algum sucesso. Chamo a atenção dos senhores membros desta Assembleia para a quantidade de obras que estão a acontecer na zona urbana e não estávamos habituados a ver isso.

Vai ser assinado um protocolo com o IHRU que permitirá com que os particulares moradores na zona histórica tenham acesso a uma linha de financiamento em condições muito favoráveis para obras de beneficiação de edifícios dentro do centro histórico e outros com características patrimoniais fora da zona classificada. São verbas do Quadro Nacional não regionalizadas que ficarão disponíveis provavelmente a partir do fim do mês de outubro. Esse protocolo está em preparação e o senhor presidente do IHRU deslocar-se-á a Angra para o assinar. Os senhores deputados ficam assim a par desta matéria que será tornada pública dentro de pouco tempo.

Gostaríamos de ver resolvida a situação dos restantes edifícios referidos pelo senhor deputado mas não há nenhuma cidade que não os tenha nessas circunstâncias, quanto mais numa fase de crise económica como a que estamos a viver.

Esperemos que a breve trecho apareça um desfecho favorável para o antigo hospital mas estou menos seguro em relação aos celeiros que também estão à venda. Foi aprovado no anterior executivo um projeto de recuperação do antigo edifício dos laticínios, razão pela qual ainda não

ordenámos a sua demolição para evitar que se perca aquele potencial. Se a intervenção no edifício se eternizar, teremos que o mandar demolir.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restante executivo, colegas membros da Assembleia. Quero juntar alguns elementos à questão da praga dos pombos que se resumiu um pouco ao jardim público e ao edifício do hospital velho.

Esta semana tive a oportunidade de conversar com duas colegas docentes da escola Tomás de Borba que manifestaram a sua enorme preocupação em termos de saúde pública devido à enorme quantidade de pombos que lá pousam sistematicamente. Por mais que os enxotem e limpem, no dia seguinte há sempre excrementos e ovos e o cheiro nauseabundo entra pelas janelas.

Decerto que alguns de vós já reparastes que algumas palmeiras se encontram apenas com os troncos e outras desapareceram totalmente. Poderíamos pensar tratar-se de alguma praga mas tem sido a decisão dos proprietários em cortá-las pela raiz ou deixá-las apenas com três ou quatro ramos com o intuito de se livrarem da praga dos pombos.

Custa-me acreditar na falta de outras opções além da irradicação dos pontos de nidificação desta praga que está a assumir proporções alarmantes e quase nos entra pela porta adentro. Compreendo os condicionalismos ambientais, éticos ou políticos do envenenamento mas somos nós quem sofre com estas situações de saúde pública.

Sr. presidente da Câmara: – Dada a evolução respeitante aos ratos, consideramos mais preocupante a praga dos pombos, uma situação difícil de resolver dadas as limitações das estratégias legalmente disponíveis e não os podemos abater a tiro por não ser permitido disparar armas a menos de 150 metros das construções.

A lei prevê para os pombos, pardais e gaivotas um regime especial de gestão com a possibilidade da obtenção de uma licença ambiental mas é preciso estudar os venenos para que não haja envenenamento de outras espécies como as aves de rapina que possam vir a alimentar-se dos pombos. Há um conjunto enorme de questões de natureza ambiental nada fáceis de resolver, a Câmara percebe o incómodo e está sensível à situação.

A minha casa é uma das vítimas dessa praga. Tenho umas palmeiras que viraram galinheiro e um gabinete na universidade que cheira também a galinheiro e eu sofro de alergia a essas coisas. Uma das soluções passará pela eliminação dos habitats; a outra, através do envenenamento, depara-se com enormes problemas de natureza legal e ambiental.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Peço ao senhor presidente da Câmara que me esclareça esta parte das transferências de capital do «Açores 2020» porque não consigo entender como se chegou a estes valores. Nas Grandes Opções do Plano a receita dotada é de 2 200 000,00 € e já foram cobrados 559 000,00 €. No entanto, verifiquei a página do «Açores 2020» e a única candidatura que a Câmara tem aprovada é a da escola de Santa Bárbara em que as despesas da autarquia são de 262 000,00 €. Não consigo perceber de onde vem esta diferença ou se a Câmara pediu algum adiantamento ao programa. Também não consigo entender porque está dotado um valor de 2 200 000,00 € se o valor da escola se situa nos 1 700 000,00 €. Na altura em que aprovámos o orçamento, o senhor presidente frisou que só faria alterações orçamentais às GOP quando tivesse o financiamento definido.

Faço uma chamada de atenção para o documento referente às GOP na designação da despesa. Deve haver o cuidado da verificação do texto na conversão do documento em PDF ou disponibilizá-lo em formato Excel para que possamos trabalhar os números. Há designações muito extensas e perde-se metade do conteúdo na conversão.

Estive a fazer umas contas relativas à execução das GOP, comparando o total com o financiamento definido, e cheguei à conclusão que a execução a 31 de agosto era de 55%, um pouco aquém do desejável. Na altura elogiámos o orçamento sem obras e investimentos ainda não definidos mas corria-se o risco de não haver desculpas para baixas execuções que afinal se mantêm.

Sr. presidente da Câmara: – Não há baixas execuções pelo menos por ora. Essa é a despesa efetivamente realizada a 31 de agosto e há sempre uma aceleração da realização nos últimos meses do ano. Olhando para as curvas de realização de anos anteriores, estamos no ponto normal. Projetando a partir de agora, espera-se que no fim do ano a despesa se situe na casa dos 80%.

Continuamos com graves problemas de financiamento. Esta semana houve da parte do meu colega de Ponta Delgada uma intervenção pública sobre a matéria. O financiamento e as aprovações têm sido muito lentas e estamos a ficar claramente para trás em relação ao desejável do ponto de vista da execução.

Não pedimos qualquer adiantamento e não lhe posso explicar a diferença que referiu. Talvez a despesa tenha dado entrada e não tenha sido colocada no registo público. O único financiamento que nesta altura está a ser recebido do P. O. «Açores 2020» é referente à escola de Santa Bárbara.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados, bom dia a todos. A praga dos pombos é verdadeiramente preocupante no Caminho do Meio de S. Carlos onde moro. Tive que abater uma palmeira que, não sendo muito grande, albergava cerca de uma dúzia de pombos. Temos que colocar sistematicamente lixívia nos pátios, os telhados das casas estão cobertos de dejetos e o cheiro a galinheiro é insuportável. Existe um conjunto de palmeiras num jardim em frente que é já uma questão de saúde pública e tem que ser resolvida rapidamente.

O senhor presidente disse que a situação dos ratos está controlada e resolvida. Moro na freguesia de S. Pedro e não sinto que o problema esteja resolvido porque continuo a ver ratos em abundância, o que me obriga a continuar a colocar veneno. Gostaria de ouvir os senhores presidentes de junta dizerem que está tudo sob controlo em relação aos ratos, senão insto a comunicação social a dizer que os 19 presidentes de junta do concelho ou os seus substitutos aqui presentes, acham que não há problemas de ratos no concelho. Ninguém se pronuncia dizendo que, de facto, há um problema. Por favor, digam se há ou não um problema!...

Sr. presidente da Câmara: – Nunca está tudo resolvido muito menos com uma praga como os ratos que cá vivem há milhões de anos e continuarão depois da nossa partida. Voltando à questão dos pombos, o que o senhor disse a respeito da sua casa, posso também dizer o mesmo sobre a minha, porque vivo rigorosamente o mesmo problema. Como deixo o carro debaixo das árvores, está sempre sujo com danos na pintura.

Todos vivemos o mesmo problema cujas soluções são difíceis mas não são impossíveis. Não garanto uma solução adequada mas estamos a tentar. Tudo passará por uma conjugação de esforços entre nós e o departamento competente do Governo Regional em matéria de ambiente porque qualquer atuação referente aos pombos carece de licença desse departamento.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O problema vai-se alastrando porque já temos gaiivotas nas zonas costeiras a transportarem ratos mortos como constatei há três dias na zona do Negroito quando estive prestes a atropelar uma que voava a baixa altitude com uma ratazana morta no bico.

Na minha intervenção da última sessão da Assembleia achei que o plano traçado não era eficaz em termos científicos, em épocas de nidação, de reprodução ou de uma intervenção faseada que não daria em nada. No fundo estaríamos a fazer uma pré engorda com a possibilidade de

adaptação dos ratos aos químicos. Um senhor deputado da bancada do PS fez uma intervenção, assegurando que esta seria a estratégia mais correta mas gostaria que trouxessem dados concretos a esta Assembleia.

As empresas de desratização são obrigadas a procedimentos muito estreitos de certificação e um sem número de procedimentos, enquanto os municípios podem usar os raticidas sem qualquer certificação ou controlo, e foi ainda dito que essa relação era mantida diretamente com as juntas. Têm que ser trazidos aqui resultados concretos sobre indicadores de dinâmicas de população, informações sobre a eficácia da molécula a ser utilizada e o método de aplicação em três fases.

Os senhores presidentes de junta podem transmitir as suas opiniões mas não têm competências para fazerem uma avaliação de dinâmicas de populações de ratos nas suas freguesias. O responsável por esta campanha é que tem a obrigação de se informar dos resultados daquilo que está a pagar.

Há muitas pessoas nas comunidades rurais a dizerem que os ratos já criam túneis para chegarem às fontes de alimento e o novo edifício da universidade dos Açores está com problemas gravíssimos ao nível das condutas de ar condicionado, de distribuição de gases comprimidos, etc., o que obriga a paragens sistemáticas dos laboratórios para se proceder a intervenções por causa dos pombos que lá se alojam todos os dias.

Por falar em avaliação de eficácia, começo por fazer um elogio a algumas atividades da Câmara como a noite branca, a noite portuguesa e as varandas com música, iniciativas de louvar no sentido da dinamização do comércio local e de trazer os angrenses à rua mas é importante que o senhor presidente da Câmara dê conhecimento aos senhores deputados municipais da eficácia dessas atividades feitas em parceria com a Câmara do Comércio para se evitar o habitual das parcerias público-privadas em que o público acarreta com o défice das despesas e os privados ficam com os lucros. Segundo parece, a Câmara Municipal é quem paga tudo, cabendo à Câmara do Comércio a sensibilização dos seus associados para estes eventos.

É preciso saber se as pessoas aderem, se compram mais, etc. É perfeitamente justo e legítimo que a Câmara entretenha os angrenses com discotecas ao ar livre e festas brancas para manter os municípios felizes mas é preciso ver se estas atividades são meramente lúdicas ou se há retorno através da dinamização do comércio local.

Por último, gostaríamos de saber como decorreram as Sanjoaninas. Sabemos que esteve muita gente nas ruas, a festa foi bonita e os angrenses gostaram mas no modelo anterior fazia-se o orçamento e a comissão de festas era obrigada a apresentar um relatório de contas que nos permitia fazer uma avaliação. Agora as contas ficam sistematicamente diluídas nas GOP e não conseguimos ter a noção. É importante que o senhor presidente da Câmara apresente as contas para que as possamos avaliar porque se dizia à boca pequena que no início das festas já estávamos com 700 mil euros de prejuízo.

A Câmara paga, arca com os encargos e dá a logística e a empresa «Só festas», responsável pela organização dos espetáculos, além de não ser da Terceira, é que vende as pulseiras e fica com os lucros. Temos que perceber as vantagens em continuar a contratualizar esta empresa em particular quando temos agentes locais.

Talvez fosse mais conveniente ao município negociar um pacote para o ano inteiro. Em vez de ficar com o benefício da organização das melhores festas no melhor período do ano, a empresa ficaria obrigada a negociar um pacote com a Câmara para organizar outros eventos nas ruas de Angra ao longo do ano.

Sr. d. m. João Santos: – Penso que toda a gente terá ouvido falar da leptospirose e outras doenças provocadas pelos ratos mas, no que respeita aos pombos, confesso-me ignorante e

talvez o senhor deputado Luís Rendeiro como veterinário e a senhora deputada Marília Vargas como médica, nos possam explicar o problema.

Como não tenho um problema tão grave em minha casa, não tenho ninhos nas palmeiras e gosto de passarinhos e de toda a vida selvagem, alimento os pombos que aparecem por lá. A pedido da minha filha, na primavera fiz uma casinha para pássaros numa árvore onde alguns pombos acabaram por fazer ninho. Como dou milho às galinhas, acho graça que os pombos também apareçam porque não me sujaram o espaço nem o carro.

Se houver um problema de saúde pública gostaria de saber como o resolver. Peço desculpa por contribuir para o aumento da população dos pombos, posso deixar de o fazer a partir de hoje mas talvez fosse importante um esclarecimento de ambas as partes.

Sr. presidente da Mesa: – O senhor deputado expôs o seu caso mas toda a gente já viu e acha muita piada aos avozinhos no jardim a darem milho às criancinhas para darem aos pombos. Trata-se de uma questão cultural e talvez deva ser aprofundada a discussão sobre a possibilidade de um problema de saúde pública.

Sr. d. m. João Santos: – Tanto é uma questão cultural que, quando não queremos que alguém nos chateie, mandámo-lo «dar milho aos pombos».

Sr. presidente da Mesa: – Havia uma senhora que ia sistematicamente ao jardim alimentar os pombos.

Sr. presidente da Câmara: – Há pessoas que continuam a fazê-lo.

Sr. presidente da Mesa: – Parece-me de pouca eficácia continuarmos a repetir-nos. Talvez não fosse má ideia aprofundar este debate numa futura sessão da Assembleia com dados mais concretos sobre o assunto. Deixo ao critério dos senhores deputados.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Apesar de não ser da minha área, penso poder adiantar algo sobre o assunto. Os pombos só serão considerados um problema de saúde pública se existirem às centenas em contacto direto com as pessoas com o risco de lhes transmitirem a Pneumonia Intersticial também conhecida por Pneumonia do cuidador de pombo.

Com os ratos, basta o contacto com a urina ou uma mordida de um só animal para se correr o risco de contração da Leptospirose que pode não passar de uma situação banal como uma gripe ou chegar a ser fatal como já aconteceu por diversas vezes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Para completar o que foi dito pela senhora deputada Marília Vargas, em situações de densidade animal acentuada, os pombos poderão constituir um perigo de saúde pública por serem portadores de um protozoário que poderá ser transmissível a humanos em ambientes de má salubridade. Estamos a atingir essa má salubridade em alguns edifícios públicos como o centro de saúde de Angra e a universidade dos Açores que oferecem condições de nidificação aos pombos.

O problema está generalizado, é gravíssimo e poderemos começar a ter problemas de doença humana devido à praga de pombos que temos. A doença em causa, causada pelo tal protozoário através de inalação do ar contaminado por fezes, urinas e líquidos corporais da ave, é difícil de tratar.

Sr. presidente da Mesa: – Posso acrescentar que os pombos dão uma ajuda nas vindimas em mais de 30%.

Sr. d. m. Mário Silva: – Ainda bem que fizeram a obra do Pico da Urze para a recolha de águas porque deixámos de ter aquele inferno de enxurradas todos os anos. Aquele muro caiu há uns tempos e não se sabe se a sua recuperação é da responsabilidade da Câmara ou do senhorio. Se pertence à Câmara, é pena que não o tenham já reconstruído; se é do senhorio, pergunto

porque o mesmo não foi ainda notificado para remover os escombros que estão a obstruir o passeio e causam distúrbios na passagem.

Sr. presidente da Câmara: – O muro caiu no dia 4 de setembro de 2015, fez agora um ano. A responsabilidade pelo levantamento é do proprietário mas a Câmara achou melhor que não o fizesse agora porque terá que passar ali uma linha e não seria uma solução reconstruir o muro como estava por razões de instabilidade. Não convém que aquela via fique fechada e teremos que resolver de outra maneira. O dono cedeu o terreno necessário e em troca será a Câmara a reconstruir uma parede inclinada para garantir a segurança daquela zona. A obra está prevista e em vias de ser iniciada.

Infelizmente a água continuará a correr pelo caminho abaixo porque a manilha é a mesma mas não haverá tanto risco de entupimento devido à existência de um espaço para retenção de pedras e terra que impedirá a água de algumas chuvadas de chegar ao caminho. A solução definitiva dependerá de uma obra no valor de cerca de 1,5 milhões de euros com a construção de um canal dali até ao mar porque aquela rua foi construída no leito de uma ribeira.

Sr. d. m. José Santos: – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Não há maneira de acabar com os ratos porque estão em todo o lado e não somente na Terceira; já encontrei uma ratazana dentro de um autocarro em Nova Iorque.

De acordo com o relatório que temos, a quantidade de ratos diminuiu em Santa Luzia porque foi distribuído muito veneno. Durante dois dias percorremos a freguesia para explicar às pessoas como o deveriam fazer e aquelas com quem falámos sentem uma diminuição dessa praga.

Sra. d. m. Ana Borges: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara, minhas senhoras e meus senhores. Quero manifestar aqui o meu contentamento porque a freguesia da Feteira já não se lembra da última vez que lá foi feita uma obra e está de parabéns pelo lançamento da primeira pedra para a construção do centro comunitário.

Como disse o senhor José Santos, os ratos nunca irão desaparecer. Antes, a junta de freguesia da Feteira era abordada todos os dias porque não havia veneno; agora que o veneno está lá disponível para toda a população, ninguém o vai buscar. É mais uma prova de que tivemos uma grande diminuição de ratos porque o veneno foi distribuído por todas as casas e quintais da freguesia e está toda a gente satisfeita. Se o senhor deputado Luís Rendeiro precisar de veneno, vá à Feteira que, em vez de um saco, damos-lhe dois.

Sr. d. m. João Tavares: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. Houve um planeamento no combate aos ratos que resultou numa grande diminuição da praga. Ficou ainda combinado que seriam comunicadas às juntas de freguesia as situações de existência de focos de ratazanas para que se possa atuar e resolver o assunto.

Sra. d. m. Michele Aguiar: – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente e executivo camarário, caros colegas. Gostaria de lembrar uma situação que tem sido recorrente. Os turistas ou condutores não residentes na ilha, ao subirem a avenida Tenente Coronel José Agostinho em direção ao Alto das Covas, tendem a virar sistematicamente para a rua do Rego em contra mão devido à inexistência de sinalização vertical a indicar a obrigação de seguir em frente para a rua da Sé ou virar à direita. São os taxistas ou quem se encontre à saída da rua do Rego que informam os condutores que não podem seguir por ali e acabam por fazer a inversão de marcha na rua da Queimada. Ainda não houve ali nenhum acidente mas um dia poderá acontecer.

A paragem de autocarros junto à escola Infante D. Henrique provoca muitos constrangimentos ao trânsito, especialmente em hora de ponta. Quem vem da rua do Rego não tem espaço para

virar à direita e tem que parar para não bloquear a passadeira. Quem vem da avenida Tenente Coronel José Agostinho tem que esperar que o autocarro siga porque não consegue virar à esquerda. Juntam-se também os condutores que vêm da rua da Sé e a situação complica-se durante uns bons cinco minutos até que o autocarro arranque.

Uma vez que, por norma, os autocarros vêm da rua do Rego, sugiro que parem naquela sobra de passeio junto à escola onde é proibido estacionar e que os pais utilizam para deixarem e recolherem os miúdos.

Sr. presidente da Câmara: – Essa situação é por nós conhecida e junta-se-lhe outra que tem a ver com os carros que sobem a avenida e viram para S. Pedro em contra mão. Como estamos habituados, fazemos a manobra de uma maneira relativamente negociada mas quem é de fora fica estarecido porque se vê de repente em contra mão.

Aquela zona é a pior situação de trânsito em toda a cidade e faz parte do famoso estudo de trânsito. Não tive oportunidade de o ver em pormenor mas, no trabalho de preparação que foi feito, há soluções que vão de encontro ao que acabou de dizer. Está a decorrer com o Governo Regional uma negociação no sentido de se obter os direitos de fundição de uma escultura existente para a colocar nessa zona e alterar a forma de circulação. Vamos analisar com alguma cautela as propostas do ponto de vista técnico com particular atenção para a questão decorativa daquele espaço com a colocação de um elemento que o valorize.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Começo por registar para memória futura que os senhores presidentes de junta de freguesia socialistas estão muito contentes porque há menos ratos. Como venho a alertar desde mandatos anteriores, esta estratégia de distribuição de venenos pelas juntas de freguesia para que os munícipes o levistem e apliquem a seu livre arbítrio, não funciona. Tem que haver uma estratégia consertada por uma equipa técnica capaz, articulada com as câmaras municipais e os serviços do ambiente e desenvolvimento agrário à escala da ilha para que estas coisas se façam de forma estruturada e científica. Assim, nem as pessoas levantam os venenos nem se matam os ratos. O amadorismo com que a questão das pragas está a ser tratada é problemática para a saúde pública.

No caso dos pombos, o cidadão vai acabar por tomar medidas por sua conta o que é muito pior do que a assunção dos riscos por parte das entidades públicas que são mais fáceis de supervisionar.

Voltando à questão do armazenamento de lixo e plásticos agrícolas junto aos depósitos de leite, muitos de nós que estamos envolvidos na campanha eleitoral para as próximas eleições regionais e qualquer pessoa que ande na rua poderá verificar que aqueles recipientes se encontram cheios.

Ao que parece, a serralharia do Outeiro prefere que esse lixo fique armazenado nesses espaços e não nas suas instalações porque lhe dá trabalho. Quando essa recolha não é feita com a devida periodicidade, facilmente se acumulam outros lixos. Talvez seja necessária alguma intervenção por parte de quem concessionou os espaços à serralharia do Outeiro.

Quanto ao estudo de trânsito, o senhor presidente da Câmara não me venha agora dizer que o vai estudar aprofundadamente porque, na altura em que apresentou as linhas gerais do documento à Câmara do Comércio, já o devia conhecer. Como consta em ata, o senhor já procedeu a um conjunto de alterações ao trânsito na cidade baseadas em orientações desse estudo e diz que agora é que o vai analisar. Não estamos a perceber muito bem; ou o senhor não gosta de algumas ideias vertidas no estudo de trânsito e por isso não o divulga, ou o mesmo serviu apenas para avaliar o que já tinha decidido fazer no trânsito no concelho.

No que respeita ao festival de arte «Walk & Talk», algumas dessas peças de arte estão a ser elaboradas no centro histórico da cidade. Não vou tecer critérios de bom ou mau gosto quanto

às peças mas gostaria de saber da possibilidade de algum tipo de incompatibilidade entre essas manifestações artísticas e o património classificado onde algumas estão a ser elaboradas.

Sr. presidente da Câmara: – O Plano de Pormenor e Salvaguarda que agora se aplica à zona classificada permite este tipo de arte porque a nossa cidade não precisa de estar a preto e branco. Trata-se de arte com gosto executada por artistas de grande qualidade com provas dadas.

Quanto ao estudo de trânsito, não posso dizer se concordo porque ainda não o estudei.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – Faço minhas as palavras do meu colega Luís Rendeiro. Registo a satisfação dos senhores presidentes de junta pelo trabalho de desratização levado a cabo no concelho. Apesar de também se ter mostrado satisfeito, o senhor presidente da junta de freguesia de Santa Luzia José Santos, reconhece a existência de ratos com abundância nas casas de quem confronta com terrenos agrícolas.

Confesso que em S. Pedro não fui contactado para me entregarem veneno e, não só confronto com terrenos agrícolas como possuo um grande terreno à volta da minha casa. Gostaria que o senhor presidente da junta de S. Pedro me dissesse se há veneno disponível para que eu o possa ir lá levantar senão, como não fui convidado para o quinto touro, vou à Feteira pedir os dois sacos de veneno que a senhora Ana Borges reservou para o senhor Luís Rendeiro.

Sr. d. m. José Santos: – Em momento algum eu disse aqui que estava satisfeito. Os senhores gostam de colocar as vossas palavras nas bocas dos outros mas não o vão fazer na minha. Eu disse que as pessoas de Santa Luzia com quem falámos, nos transmitiram que a comunidade de ratazanas tinha diminuído e só estarei satisfeito quando todos os ratos desaparecerem, o que é impossível. Estou mais preocupado com os ratos de duas pernas que andam a roubar a freguesia do que com a população dos outros ratos que está a diminuir significativamente. As pessoas não se mostram tão preocupadas como antes porque a situação está a melhorar e só ficarei satisfeito quando não precisar de distribuir veneno.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira (para uma interpelação à Mesa): – Para registar que o senhor presidente da Câmara não respondeu a nenhuma das questões que lhe coloquei a respeito das Sanjoaninas e de outras atividades.

Sr. presidente da Câmara: – Fica para memória futura.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – As atas servem exatamente para isso. Muito obrigada.

Sr. d. m. João Tavares: – Gostaria de responder à acusação que foi feita a respeito da satisfação dos presidentes de junta do PS e faço minhas as palavras do meu colega José Santos. Na minha terra costuma dizer-se que quem cala, consente. Como os senhores presidentes de junta de freguesia eleitos pelo PSD não disseram nada, é sinal que também estão satisfeitos.

Sr. d. m. Francisco Santos: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, caros colegas deputados. Há cerca de um ano, houve realmente a preocupação das juntas de freguesia em comunicarem ao senhor presidente da Câmara o aumento das populações de ratos porque os víamos a atravessar a estrada.

Após insistência da nossa parte, a Câmara Municipal acedeu; foi feita uma campanha de desratização porta a porta e foi-nos comunicada a forma de proceder à aplicação do veneno através de reuniões entre o veterinário da Câmara e os funcionários das juntas de freguesia inseridos nos programas RECUPERAR. Sugeriu-se que seriam os funcionários das juntas de freguesia a colocarem o veneno nos quintais para se evitar a contaminação de animais domésticos.

Na minha freguesia não andamos a contar as caudas dos ratos mas temos a sensação de que houve uma redução enorme e já não vemos tantos ratos na estrada como dantes. Na minha

modesta opinião, a próxima campanha não será tão necessária mas talvez seja melhor mais do que menos.

Sr. d. m. Luís Alberto Costa: – Faço minhas as palavras do meu colega Francisco. Sei que a distribuição de raticidas compete aos serviços de desenvolvimento agrário mas, se a Câmara Municipal tiver algum disponível, agradeço que me envie porque não consigo cumprir com os pedidos que me têm sido feitos na junta de freguesia.

Existem muitos ratos em S. Bartolomeu talvez pelo facto de termos a lavoura como atividade predominante na freguesia mas as coisas melhoraram devido à forma como a desratização está a ser feita. Foi distribuído muito raticida e prestada muita informação por toda a freguesia, inclusive na igreja, e as pessoas têm-se deslocado à junta de freguesia para o levantarem. Como a freguesia é grande, o raticida que temos não é suficiente para esta nova fase de desratização.

Não se registando mais intervenções, a Informação sobre a atividade municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2016 de acordo com o seguinte:

- **Orçamento – Aumento líquido no total da receita e na despesa de 649 348,00 €.**
- **Grandes Opções do Plano – Aumento líquido da despesa no valor de 587 463,00 €.**

Para aprovação nos termos do ponto 8.3 do POCAL conjugado com a alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Ao longo do ano vamos avaliando a execução financeira da Câmara. Surgiu-nos uma receita que espectávamos no início do ano e acabou por ser confirmada pelo Orçamento de Estado. Esperamos receber e incluir no nosso orçamento cerca de 626 mil euros de direitos de passagem, um valor que a EDA passará a pagar aos municípios a partir de agora calculado em função de uma percentagem do valor das vendas de eletricidade em baixa tensão no concelho.

Esta proposta faz ainda uma correção de natureza técnica devido a um erro de inscrição dupla. Foram inscritos 150 mil euros no campo de jogos da Ribeirinha e mais 150 mil em outras obras de recuperação das calamidades, valor que não foi recebido. Estamos a retirar estes 150 mil euros a mais e a colocá-los no lugar certo.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Terceira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.3 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, para aprovação nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Tal como aconteceu no ano passado, o município está a fazer uma alteração ao mapa de pessoal que permitiria um aumento de quatro lugares; um deles destina-se à transferência de um engenheiro civil dos Serviços Municipalizados para a Câmara onde já presta serviço e os restantes três lugares estão condicionados e provavelmente não serão preenchidos à semelhança do que aconteceu no ano passado. De acordo com o Orçamento de Estado só poderemos contratar alguém desde que essa contratação não se traduza num aumento de despesa com pessoal cuja redução até ao momento se deveu apenas a reformas ou

falecimentos; de qualquer modo, pretendemos criar esses lugares para a eventualidade de se confirmar uma redução suficiente na despesa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor presidente consegue adiantar-nos alguma previsão temporal do preenchimento dessas vagas por razões de aposentação?

Sr. presidente da Câmara: – Quando fecharmos o mês de outubro poderemos fazer uma previsão muito segura do final da execução financeira do município. Apenas abriremos o concurso mediante a certeza da evolução da despesa e de um conhecimento avançado da proposta do Orçamento de Estado para o ano seguinte. Nos últimos três anos, apesar de vários descongelamentos, entrou apenas uma pessoa para os quadros da Câmara que foi um nadador salvador contratado para as piscinas municipais.

Não se registaram mais intervenções. Posta à votação, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.3 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.4 – Proposta de taxas referentes ao Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar no ano de 2017, para aprovação nos termos dos artigos 112.º e 112.º - A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Sr. presidente da Câmara: – Manteremos o percurso na sequência do compromisso assumido há dois anos. Uma das alterações resulta da mudança da própria lei que tem uma configuração bastante mais justa porque passou a estabelecer um valor em função do número de membros do agregado familiar e a outra consiste no aumento de 10% na penalização. Estamos a cumprir a trajetória traçada há dois anos com a previsão de um aumento de 10% em cada ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de questionar o senhor presidente da Câmara a respeito das medidas compensatórias, diligências e conversações tidas com outros municípios que se encontrem na mesma situação que Angra à espera de uma decisão da autoridade tributária sobre a eventual isenção do IMI nos centros históricos classificados.

Sr. presidente da Câmara: – Temos mantido alguns contactos estreitos com outros municípios e alguma coordenação da intervenção política sobre a matéria. Os municípios dividem-se em dois grupos: os possuidores de uma zona classificada reduzida do ponto de vista geográfico e pouco valorizada do ponto de vista do IMI, e os outros como Angra e Évora em que a decisão do Estado em termos do imposto municipal se torna extremamente relevante. Se o Estado entender estabelecer a isenção, deve criar um mecanismo de majoração nas transferências de valor equivalente para o município. Esta matéria foi comunicada ao Ministério das Finanças e exige uma clarificação legislativa.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – Havia um compromisso do Governo em aplicar essa isenção para o ano.

Sr. presidente da Câmara: – Creio que o senhor ministro veio dar o dito por não dito. Esperemos pelo Orçamento de Estado para o ano que vem onde essa matéria terá que constar devidamente clarificada.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Pelo que entendo da resposta do senhor presidente da Câmara, no Orçamento de Estado para 2017 não haverá afinal essa compensação de IMI relativa à isenção dos centros históricos...

Sr. presidente da Câmara: – Não foi isso que eu disse.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Está decidido que os centros históricos têm direito à isenção do IMI e percebo que o município tenha alguma dificuldade em abdicar dessa receita

fiscal, por isso a única forma que Angra tem de isentar os seus municípios do pagamento desse imposto na zona histórica será através de alguma compensação proveniente do Governo da República contemplada no Orçamento de Estado para 2017. Se o senhor primeiro-ministro não introduzir qualquer compensação nesse orçamento os municípios do centro histórico continuarão a pagar um IMI que não devem pagar.

Sr. presidente da Câmara: – Como não sou o ministro das finanças e não conheço a proposta de orçamento, não lhe posso dizer nada sobre a matéria.

Não se registando mais intervenções e após votação, a Proposta constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (22 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 10 abstenções (6 do PSD e 4 do CDS-PP).

1.5 – Plano de Sensibilização Ambiental 2017-2018, para aprovação nos termos da alínea h), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – As entidades com responsabilidades na gestão de resíduos têm a obrigação legal de cumprir um plano de sensibilização ambiental que visa esclarecer os municípios sobre a boa gestão dos resíduos. Este documento dá continuidade a um trabalho de uma década que precisa de ser aprofundado e alargado por causa da separação de resíduos e a consequente interferência no bom funcionamento da incineradora devido à presença de grandes quantidades de materiais não combustíveis como latas e garrafas que lá chegam às toneladas e deveriam seguir outra via para o bem das contas municipais. Este plano será coordenado com o município da Praia da Vitória no sentido de se tentar convencer as pessoas a fazerem uma melhor separação dos resíduos.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Parece que a governação socialista se especializou em planos: os sectoriais, os integrados, os de revitalização e agora também os planos de sensibilização.

Sr. presidente da Câmara: – Aprendemos com o planeamento quinquenal da União Soviética.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – É um *aprendimento*, uma obsessão, ou uma estratégia para não se fazer o que deve ser feito. O grande problema dos planos da governação socialista, é que acabam por não ser implementados e a prova disso é o PEGRA que o senhor presidente acabou de referir, que já tem uma década...

Sr. presidente da Câmara: – Foi dos poucos planos com plena aplicação. A senhora não traga para aqui a Assembleia Regional porque lá já lhe deram resposta suficiente.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Não deram não. Se o plano tivesse sido devidamente implementado não teríamos uma taxa de recolha seletiva de apenas 35% e uma taxa de reciclagem de 23%...

Sr. presidente da Câmara: – É de longe, a melhor do país.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Se o PEGRA não resolveu o problema em dez anos depois dos milhões gastos, acha que vai resultar uma campanhazinha de porta a porta a explicar às pessoas como devem separar o lixo? Todos os miúdos em qualquer escola têm sensibilização ambiental.

Vivi seis anos num país onde sempre fiz separação e não o faço em Angra por falta de meios. O senhor deveria pegar nos 80 mil euros que vai gastar de porta em porta e usá-los na criação de condições logísticas que motivem as pessoas a fazerem a separação de resíduos. O senhor está a dizer que em 2016 os angrenses ainda não sabem separar o lixo e não conhecem os benefícios da reciclagem?

A ideia, além de luminosa, é também gastadora. O senhor sabe porque é que as coisas não estão a funcionar? Tem dados que indiquem que as pessoas em Angra não fazem separação de resíduos por falta de conhecimento ou sensibilização? Se esta é a sua resposta para a falta de recolha seletiva, é muito pouco, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Muito pouco foi esta sua intervenção que começa por ignorar o que aconteceu na região. Somos a região do país que mais recicla, está a encerrar as suas lixeiras e gastou-se o que foi preciso. A senhora não faz a mínima ideia do que está a dizer, não conhece a realidade dos Açores, nem tão pouco a da sua rua. Os valores estão corretíssimos, orgulham a nossa região e o nosso município...

Interrupções impercetíveis por parte da senhora deputada Maria da Graça Silveira.

Sr. presidente da Mesa: – Senhora deputada Graça Silveira faça o favor de não interromper.

Sr. presidente da Câmara: – A senhora está habituada a dizer coisas sem sentido e espera que as pessoas a levem a sério! Se não quer reciclar, não recicle mas temos uma quantidade crescente de pessoas que o fazem. É preciso continuar este trabalho e evitar aquelas situações que a senhora deveria conhecer em que o contentor está ali mesmo e o lixo é depositado ao lado. Existe o contentor para o reciclado, muitas pessoas não reciclam e temos que exercer todos os esforços e metodologias para que o façam...

Interrupções continuadas por parte da senhora deputada Maria da Graça Silveira.

Sr. presidente da Mesa: – Senhora deputada, não a admoesto mais vez nenhuma!

Sr. presidente da Câmara: – A senhora deputada deveria saber que somos os melhores do país e um dos melhores da Europa na separação de resíduos. Olhe para as estatísticas no *site* da União Europeia e aprenda a informar-se antes de dizer tolices aqui!

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Peço uma interpelação à Mesa.

Sr. presidente da Mesa: – A senhora deputada não está a cumprir com o seu dever. Tem a palavra o senhor deputado Luís Rendeiro.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Quero que fique em ata que não me foi concedida uma interpelação à Mesa.

Sr. presidente da Mesa: – Quem dirige os trabalhos sou eu. A senhora comporte-se como deve ser para que eu possa respeitar o que pede. Senhor deputado Luís Rendeiro, faça favor de intervir.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Câmara: registei a sua satisfação com os valores de reciclagem da região e do concelho a que o senhor preside mas, na síntese 6.3 do documento que o senhor nos forneceu, diz o seguinte: «*Em suma: a atual valorização de resíduos está aquém das metas estabelecidas pelo PEPGRA até 2020.*» Ora, se está aquém das metas, o concelho tem regras para cumprir que foram também definidas pelo então secretário regional do ambiente que o senhor conhece e que implementou o PEGRA, não cumpriu nenhum dos prazos nele estipulados e hoje ainda não se conhecem os relatórios de progresso que deveriam ter sido periódicos mas não foram elaborados.

Esse plano está desatualizado por não terem sido cumpridos os prazos de construção, execução, abertura e colocação em funcionamento dos centros de processamento de resíduos da região e ainda hoje não existe incineradora em S. Miguel, a ilha de maior poluição. O plano foi atualizado por outro documento, de seu nome PEPGRA, que acrescentou a prevenção à gestão de resíduos com importância em todos os municípios da região autónoma dos Açores.

A Câmara de Angra entende que vai resolver o problema com 80 mil euros, com visitas dos seus funcionários a todas as empresas e domicílios, com o envio de panfletos através do correio, com ações de sensibilização nas escolas e visitas turísticas dessas mesmas escolas e dos centros de convívio de idosos à nossa incineradora. Toda a sensibilização é pouca e pelos vistos a Câmara de Angra vai fazer o que o senhor secretário do ambiente deveria ter feito há dez anos.

Quem falhou na sensibilização e nas ações que deveriam ter educado as pessoas nestes últimos dez anos? Foi o Governo Regional dos Açores e o secretário do ambiente Álvaro de Meneses? O atual presidente da Câmara Álvaro de Meneses vai corrigir agora o que não fez há dez anos?

Sr. presidente da Câmara: – O senhor deputado começa por ter razão em relação às metas que foram estabelecidas pela União Europeia e não por nenhum secretário do ambiente; essas metas devem ser cumpridas e todos os membros têm a obrigação de atingir 50% da reciclagem até ao último dia do ano 2020. Partimos na casa dos 10%, fizemos um caminho notável, crescemos 300% em pouco tempo, somos os melhores em Portugal e um dos melhores ao nível da União Europeia.

Falando da figura que o senhor queria atacar, isto é algo que muito me orgulha porque foi das melhores coisas que fiz na minha vida e um dos melhores serviços que prestei a esta região. Fez-se tudo o que havia a fazer, incluindo os contratos de empreitada que foram muito bem feitos, deram origem à criação de centros de processamento de resíduos em todas as ilhas e tornaram possível a este município e aos nossos vizinhos da Praia da Vitória o investimento de 36 milhões de euros sem qualquer custo para os nossos contribuintes.

Em 2008 e 2012 o povo desta terra respondeu-lhe retumbantemente e decerto voltará a fazê-lo dentro de duas semanas. O povo é que responde e eu sou apenas uma cruzinha no meio de 200 mil.

Os que lidam diretamente com esta matéria sabem que continuamos com a necessidade de promover essas campanhas. Olhando para um caixote do lixo, vemos que teremos que manter estas campanhas durante muitos anos porque os hábitos alteram-se muito lentamente. Que ninguém nesta Assembleia fique com a ideia de que este plano para aumentar a reciclagem se reduz a uma campanha. Estamos a comprar cerca de 200 mil euros de contentores, ao longo dos próximos anos aumentaremos a densidade dos que se destinam à reciclagem, eliminaremos os que se encontram isolados e limitaremos os de porta a porta às zonas de maior densidade populacional. Conjugando o investimento na logística da recolha de resíduos com a sensibilização das pessoas é que poderemos aumentar os valores da nossa reciclagem.

Sr. presidente da Mesa: – Senhora deputada Graça Silveira. Prezo-me de sempre ter respeitado todos os senhores deputados de igual forma e a utilização de expedientes regimentais quando eles não são aplicáveis, não passa. A discussão estava a decorrer normalmente sem qualquer incidente.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O senhor presidente da Câmara chamou tolos...

Sr. presidente da Câmara: – Não chamei rigorosamente nada disso.

Sr. presidente da Mesa: – A senhora deputada não pediu para intervir para defesa da honra. Pediu uma interpelação à Mesa para dizer o quê? Se a senhora se tivesse sentido ofendida, teria pedido a defesa da honra.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A interpelação à Mesa é o primeiro pedido que se faz.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro. Os meus cabelos brancos não se devem apenas à idade; também passei por muitas assembleias e sei como elas funcionam. Quem dirige os trabalhos tem a obrigação de perceber se o que é dito ofende a dignidade de alguém. Não se utiliza um expediente regimental por, «dá cá aquela palha», só pra se obter

benefícios em termos de tempo. Não foi dito rigorosamente nada que fosse ofensivo do ponto de vista pessoal a nenhum dos senhores deputados. Se a senhora deputada se tivesse sentido ofendida teria pedido imediatamente uma intervenção para defesa da honra.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Senhor presidente, eu tenho que pedir a palavra para dizer o que pretendo, senão fico a falar da bancada como estou a fazer agora.

Sr. presidente da Mesa: – A respeito desses expedientes, digo-lhe que ficamos esclarecidos porque tenho mais experiência do que a senhora. Não lhe dou a palavra porque não houve até agora nenhuma razão para um protesto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhor presidente da Mesa, sem querer eternizar este assunto, permita-me discordar da sua interpretação. A prática corrente dos que têm frequentado assembleias é que o pedido do uso da palavra para que um deputado se dirija à Mesa é feito através da forma de interpelação. A Mesa questiona o motivo dessa interpelação e o deputado esclarece se é para um protesto, para a defesa da honra, para a prestação de um qualquer esclarecimento ou para a apresentação de documentos.

Sr. presidente da Mesa: – É a sua interpretação, senhor deputado Luís Rendeiro. Participei em maior número de assembleias do que V. Exa e pedia a palavra diretamente para a defesa da honra sempre que disso se tratasse. Pode-se fazê-lo dessa forma mas compete ao presidente da Mesa saber se há um desvio das regras do bom funcionamento do plenário; não havendo, não há expedientes.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

Recomeço dos trabalhos às 14h30m.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Muito boa tarde senhor presidente e caros membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados. A senhora deputada Graça Silveira disse não fazer reciclagem por falta de condições logísticas por parte da Câmara e eu gostaria de saber que condições são essas que a impedem de o fazer.

Como professor e educador que fui, não considero os 80 mil euros um gasto excessivo nas campanhas de sensibilização; não devemos pensar que os alunos a sabem fazer ou que todas as pessoas já estão habituadas a reciclar porque isso não é verdade. A educação sexual nas escolas, por exemplo, foi bastante debatida e continua a não ser atual.

Como a senhora deputada bem o disse, a reciclagem não é praticada por todos, incluindo aqueles que sabem como o devem fazer. Eu faço reciclagem em casa e se a Câmara tem alguma logística especial para mim, gostaria de a conhecer.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Quanto a mim, faltam alguns pontos de recolha de resíduos e os existentes são demasiado pequenos para depósito de objetos maiores porque as embalagens de cartão de maior dimensão têm que ser desfeitas para caberem no contentor de recolha de papelão. Pergunto ao senhor presidente da Câmara se está prevista alguma alteração relativamente à intensificação deste tipo de equipamentos.

Sr. presidente da Câmara: – Há de facto um conjunto de deficiências na colocação dos ecopontos que têm uma densidade inferior à dos contentores de recolha. Onde houver um contentor de diferenciados deverão existir também os outros contentores que permitam a separação de resíduos por parte das pessoas.

À exceção das zonas de maior densidade populacional e de algumas áreas com menos habitações, temos uma distância de 200 metros entre contentores o que significa que ninguém mora a mais de 100 metros de distância de um deles. É esta a distância padrão com alguma densificação nas zonas mais povoadas.

As cinco freguesias urbanas são servidas com a recolha porta a porta, o que causa outro problema porque as pessoas não gostam de guardar o lixo em casa, colocam-no na rua nos dias em que não há recolha e acaba por ser espalhado pelos animais ou pelo vento.

O município tenciona fazer a recolha de porta a porta nas zonas de elevada densidade populacional como o centro da cidade onde não há espaço para instalar as baterias de ecopontos e acabar com essa recolha em todas as outras zonas, permitindo aos munícipes colocarem o lixo fora quando lhes apetecer sem ficarem subordinados aos horários de coisa nenhuma. Isto vai ser feito na maior parte da zona de S. Bento, na parte alta da Conceição e também na maior parte de S. Pedro.

Foi feita uma primeira aquisição de contentores para recolha de roupas e sapatos para reutilização. Os primeiros seis encontram-se nas oficinas da Câmara e serão instalados nos próximos dias.

Os atuais contentores de reciclados têm a boca excessivamente pequena e um eixo central em ferro do mecanismo de içar onde por vezes os sacos do lixo ficam presos e à vista, dando a falsa sensação do contentor cheio e é preciso alterar a sua tipologia que já foi escolhida, fez-se o concurso e estamos à espera da candidatura comunitária.

Uma questão muito bem suscitada pela senhora deputada Rita Andrade tem a ver com o ritmo de aprovação de candidaturas; esta está pronta há bastante tempo mas não lhe podemos dar execução sem a necessária cobertura financeira. São cerca de 200 mil euros de novos contentores para densificar a rede.

Na sequência do concurso público que foi aberto sobre a recolha de resíduos, está em vias de adjudicação o serviço de triagem, ficou deserto o serviço de recolha devido à existência de uma só proposta que, depois de analisada, foi considerada como não adequada o que significa que é possível fazer um ajuste direto ou outra qualquer forma de negociação.

O serviço de recolha dos diferenciados transitou para a TERAMB que tem a concessão do ponto verde na ilha, fez o concurso e fará a adjudicação da recolha. A empresa respetiva fará tudo para recolher o máximo possível de resíduos porque ganhará em função da tonelagem dos materiais recolhidos. Procura-se assim tornar bastante mais competitivo e empenhado o trabalho de recolha dos resíduos recicláveis.

Respondendo agora à senhora deputada Graça Silveira e ao senhor deputado Luís Rendeiro, este plano não visa resolver o problema por si só porque, conforme diz o título, trata-se de um plano de sensibilização, um requisito legal e uma obrigação comunitária que todos os operadores de recolha de resíduos da Europa têm que cumprir e é o que estamos a fazer.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Não é um assunto muito relevante mas a afirmação do meu ilustre e, presumo que agora ex-colega Rogério Sousa que já não é professor, deixou-me com a pulga atrás da orelha. O senhor, na sua intervenção, disse: «...como professor que fui...», depreendi que abandonou a carreira. Saiu do quadro?

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Em 2007. Estava a contrato e não consegui ficar efetivo.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Desconhecia isso. Julgava que já fazia parte da carreira.

Sra. d. m. Rita Andrade: – Este atraso nas aprovações do «Açores 2020» não deixa de ser uma preocupação. O programa comunitário começou em 2014 e está muito aquém do desejado em termos de execução a nível nacional. Normalmente nos Açores as coisas costumavam ser diferentes e este ano, talvez por causa do balcão 2020, tem-se atrasado imenso a execução do programa que termina daqui a menos de quatro anos.

Não sei se a comissão europeia prolongará os prazos mas o certo é que neste país dependemos dos fundos comunitários para a maior parte das coisas e Angra está parada há três anos, à espera dos fundos que vão vir, vão vir e nunca mais chegam.

Como referi na última sessão da Assembleia, se calhar devia usar-se um pouco do dinheiro do saldo de gerência para se começar a investir em Angra, desde que houvesse por parte da vice-presidência e da Direção Regional, a garantia que os projetos seriam aprovados porque os fundos permitem que as obras estejam iniciadas e não concluídas.

Sr. presidente da Câmara: – A Câmara tem vindo a fazer um forte investimento com fundos próprios. Nesta altura temos cerca de um milhão de euros na expectativa fundada de recuperarmos o dinheiro quando as candidaturas forem aprovadas. As obras têm sido feitas desta forma, senão estaríamos verdadeiramente parados. Felizmente, a nossa Câmara tem essa possibilidade enquanto muitas outras autarquias não a têm e por isso não estão a fazer nada.

Na área da modernização administrativa nomeadamente na informatização, estão cerca de meio milhão de euros, umas centenas de milhar na área da proteção civil e muitas centenas de milhar de euros em muitas outras obras que esperamos recuperar a devido tempo.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Antes de responder às questões que me foram colocadas pelo deputado Rogério Sousa e já que não pude dizer o que tinha para dizer na figura regimental através de um protesto sobre a forma como o senhor presidente da Câmara se dirigiu a mim, fá-lo-ei agora.

Numa situação de desespero, em vez de me dizer: «Senhora deputada, não foram 35% de recolha seletiva, não foram 23% de reciclagem, a senhora não está atualizada e não refere os valores corretos, etc., etc.», o senhor presidente da Câmara decidiu fazer uma avaliação menos cuidada e abonatória sobre a forma como coloquei as questões. Não negou nenhum dos valores que eu referi, penso que não cometi nenhuma imprecisão técnica ou incorreção na forma como me dirigi e tão pouco fiz qualquer confissão como foi o caso do deputado João Santos.

Eu disse que neste momento não fazia uma separação como gostaria de fazer. Não faço separação de orgânicos; grosso modo, faço separação de papel, metal e vidros. O meu agregado familiar não produz muito lixo e o ecoponto não se encontra relativamente perto. Não vou lá com frequência e pode ser por azar, mas sempre que vou os ecopontos estão cheios. Temos em casa recipientes próprios para lixo indiferenciado para depois o colocarmos num contentor de indiferenciados, o que é desmotivador.

Como o senhor deputado Carlos Ormonde já disse, trata-se de questões de logística e de frequência de recolha. Como tenho na vizinhança imensos gatos vadios, não posso colocar o lixo na rua porque fica todo espalhado. Os contentores domésticos são caros, são virados pelo vento em zonas ventosas como a minha e seria necessária uma zona de selagem para um contentor de rua. Os municípios poderiam ser facilitados em termos de logística para se evitar o transtorno da separação.

Questionou-me porque não faço reciclagem. Quem faz reciclagem é a Câmara; o que eu posso fazer é a separação de lixo para que a Câmara recicle e obtenha daí valorização energética. Neste momento estamos a trabalhar no nível da reciclagem mas existe todo um outro manancial a que chamamos de valorização energética, ou seja, pegar em lixo numa boa parte orgânico, e convertê-lo em energia para obter lucro.

Não vivo no centro histórico onde se fizeram uns ensaios de recolha durante alguns dias em que os lixos ficam diluídos pela chuva e depois cheiram mal... Enfim, não funcionou. Estas coisas têm que ser trabalhadas. Se me tivessem apresentado uma proposta com certas metas e condições para incentivar a separação e posterior reciclagem e valorização, eu até entenderia.

Uma das partes que ainda falta trabalhar é a sensibilização. Faz-se sensibilização ambiental há praticamente dez anos nesta região e se as pessoas continuam a não separar resíduos é porque essa sensibilização não foi bem feita. Está-se a apresentar um plano que é muito pobre e custa 80 mil euros sem antes se avaliar o que correu mal.

O senhor presidente da Câmara diz que fizemos uma grande caminhada desde que tudo isto começou há dez anos mas partimos de um patamar muito baixo em que tínhamos lixeiras a céu aberto, toda a gente deixava pneus em todo o lado, etc. Continuamos com taxas muito baixas, há coisas que não estão a correr bem e o mínimo que se pode fazer é avaliar o que correu mal.

Todos os dias ouvimos campanhas de sensibilização na televisão e em vários níveis sectoriais da sociedade, inclusivamente com programas nas escolas. Se as pessoas não estão sensibilizadas para a separação de resíduos é preciso ver o que correu mal antes de se partir para uma campanha porta a porta.

Sr. d. m. Rogério Sousa: – A reciclagem não é de facto o que fazemos dentro de casa. Muito obrigado pela sua explicação científico-pedagógica. Parece-me que se está a pegar no assunto pela rama porque a mudança de mentalidades leva algum tempo. Talvez seja preciso um estudo para se perceber o que correu menos bem o que não impede que se avance para outras campanhas continuadas para forçar as pessoas a mudarem de hábitos até que entendam que a reciclagem é importante tal como a educação sexual que usei como exemplo na minha intervenção anterior.

Vivemos numa sociedade em que cada um desempenha o seu papel. O facto de a Câmara não fazer tudo para que eu ponha o lixo à porta de casa não significa que eu não coloque o saco no porta bagagens e o leve até ao ecoponto mais próximo, que é exatamente o que faço.

Isto faz-me lembrar um senhor que nunca tinha votado na vida e há uns tempos em campanha me disse: «Votar? Se ao menos fosse ao fim de semana, eu votava; como calha sempre durante a semana, não tenho tempo. Eu trabalho muito, senhor.» Quando nos convém arranjamos sempre uma desculpa.

Não se registando mais intervenções e após votação, o Plano de Sensibilização Ambiental 2017-2018 constante do Ponto 1.5 foi aprovado por maioria com 26 votos a favor (22 do PS, 1 do d. m. independente e 3 do PSD) e 7 votos contra (3 do PSD e 4 do CDS-PP).

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma declaração de voto): – Gostaria de deixar bem claro que o voto contra da bancada do PSD é um voto político que assumimos por duas razões: em primeiro lugar, porque este plano significa que as ações de sensibilização e de educação ambiental que deveriam ter sido feitas pelo governo regional socialista, falharam no que respeita à implementação do PEGRA e depois do PEPGRA e a autarquia sente agora a necessidade de colmatar essa dificuldade sem ter a coragem de denunciar que o Governo Regional falhou e não fez o que devia.

Em segundo lugar, entendemos que há demasiado tempo se instrumentalizam os idosos do nosso concelho com atividades pouco adequadas ao seu convívio e bem-estar, levando-os para a incineradora e para o aterro, locais com as dificuldades de acesso e salubridade que todos conhecemos, com o pretexto de se fazer educação ambiental.

Assumimos as consequências desta opção política porque entendemos que não é assim que se deve governar no nosso município. Não temos nada contra a necessidade de políticas de sensibilização ambiental no concelho mas este documento resulta um pouco de tudo o que estamos aqui a criticar.

1.6 – Proposta de Classificação da alcatra, nas suas diversas modalidades, como património imaterial do Concelho de Angra do Heroísmo, para aprovação, nos termos da alínea k), n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara: – Esta proposta visa iniciar um processo que deve ser continuado noutras áreas da nossa cultura. A legislação nacional e regional produzida em 2014 pela Assembleia Legislativa Regional visa criar um inventário de um conjunto de bens imateriais. Pretende-se incluir a alcatra no registo regional e depois no registo nacional como algo típico e característico e um traço imaterial da nossa cultura e os nossos vizinhos da Praia da vitória seguramente tomarão igual deliberação.

Há outras manifestações culturais como, por exemplo, a cantoria que devem ser também objeto de registo. Começou-se por aqui porque, felizmente, temos uma confraria que promove esta inscrição mas o doce D. Amélia, o Alfenim e muitas outras coisas mereceriam igual tratamento. Não existem essas confrarias mas os senhores membros da Assembleia Municipal decerto colaborarão com a Câmara no sentido de irmos incluindo nesse registo todos aqueles traços identitários considerados merecedores de inclusão.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – São de louvar todas as iniciativas que visem salvaguardar o nosso património gastronómico mas tenho algumas dúvidas se as receitas de modos tradicionais de produção são património imaterial. Temos ao nosso dispor a marca coletiva de origem do artesanato dos Açores como as espécies de S. Jorge, as queijadas da Vila em S. Miguel, etc.

A receita da alcatra poderia ficar com a marca coletiva de origem como produto artesanal açoriano. Pensamos que as denominações de origem europeias aplicam-se apenas aos DOP's e aos IGP's mas existe uma outra pouco utilizada que são os ETG's (Especialidade Tradicional Garantida) que, em vez da denominação dos ingredientes do produto, vincula o *modus operandi*, distinguindo a composição tradicional do produto ou o modo de produção tradicional como uma receita peculiar daquela zona.

Que isto nos permita criar mecanismos de valorização adicional para a alcatra sem esquecer todo um património gastronómico como referiu o senhor presidente da Câmara. Existem outras formas como o selo de marca e a denominação que impedem as reproduções destas receitas pelo resto do mundo. O que vale aqui é a receita e não os ingredientes e a marca de denominação de origem protege exatamente a receita. Se formos mais além, a confraria passaria a gerir a denominação de origem e não sei se as receitas são consideradas património imaterial.

Sr. presidente da Câmara: – O património imaterial tem uma linha de gastronomias.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Na agenda consta alcatra de Angra do Heroísmo e na deliberação é referida como alcatra da ilha Terceira. Talvez fosse melhor fazer essa correção.

Sr. presidente da Câmara: – O documento refere a alcatra da ilha Terceira porque será também aprovada pela outra autarquia. Não vamos particularizar porque não me parece que a alcatra de Angra seja diferente da alcatra da Praia.

Sr. presidente da Mesa: – Por acaso a alcatra do Porto Judeu é diferente da que se faz nos Altares que, por sua vez, é diferente da alcatra das Lajes.

Sr. presidente da Câmara: – O que podemos e devemos fazer é o que consta da agenda, considerando-a do concelho porque é essa a nossa competência e não vamos classificar além das nossas fronteiras. Depois enviaremos a proposta ao Governo Regional para que seja considerada coletivamente ao nível da ilha.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD vai votar favoravelmente esta iniciativa que consideramos extremamente pertinente. Concordando com o senhor presidente da Câmara, consideramos que devem ser também classificados outros produtos gastronómicos típicos da doçaria ou da culinária em geral do nosso concelho.

Isto do *boom* turístico tem algumas perversões porque já vi um anúncio publicitário insultuoso em que a alcatra à moda da ilha Terceira era servida com coca-cola e batatas fritas num restaurante de comida rápida em S. Miguel. Devemos classificar ou até patentear o que é nosso porque há uns vizinhos orientais, que não são os chineses, que gostam muito de se apropriar do que é bom mas é dos outros e que passa a ser açoriano como se fosse deles. Devemos classificar, regulamentar e chamar o seu a seu dono.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Apesar da iniciativa partir do município de Angra, a alcatra deve ser considerada património da ilha Terceira. A respeito do que disse o deputado Luís Rendeiro sobre o patenteamento, as marcas de denominação de origem determinam que mais ninguém as possa imitar, sendo geridas pela confraria que pode denunciar qualquer tipo de cópias.

Sr. presidente da Câmara: – O seu a seu dono. Antes de mais devemos prestar homenagem e reconhecer o mérito à confraria pela sua iniciativa. Esta deliberação refere a alcatra da ilha Terceira mas a nossa competência limita-se ao concelho de Angra. Estamos a incluir no património do concelho de Angra, deliberando a submissão ao registo da Direção Regional da Cultura para que seja considerada património da ilha Terceira e dos Açores.

Terminadas as intervenções e posta à votação, a Proposta constante do Ponto 1.6 foi aprovada por unanimidade.

1.7 – Relatório de contas do primeiro trimestre de 2016 da TERAMB, EM, para conhecimento.

Sr. presidente da Câmara: – Continuamos numa fase relativamente incaracterística do funcionamento da TERAMB porque ainda não há experiência suficiente para prever a evolução financeira da empresa mas as coisas têm corrido manifestamente bem. Houve uma avaria devido a um sistema de bombas que não estava a funcionar devidamente e antecipámos a paragem técnica que estava prevista para meados de outubro.

Do ponto de vista da produtividade, a experiência de funcionamento tem sido excelente, excedendo as nossas expectativas e estão a decorrer algumas negociações visando as questões das lastragens. O administrador da empresa foi ontem recebido em Lisboa pela entidade reguladora dos serviços energéticos no sentido de esclarecer algumas questões da entrada na rede da EDA. Ao fim do primeiro semestre a empresa está bem e recomenda-se e vamos ver como as coisas evoluem.

Sra. d. m. Rita Andrade: – O senhor presidente considera que as coisas estão a correr bem mas a bancada do PSD acha que deveriam estar a correr melhor porque os resultados líquidos do exercício do primeiro trimestre de 2016 com 34 379,00 € de prejuízo não são lá muito animadores. Vamos aguardar pelo fim do ano para vermos a evolução deste resultado.

Parece de propósito mas calha-me sempre a mim a deteção de falhas nos documentos que nos são disponibilizados; deve haver um pouco mais de cuidado na sua verificação porque este relatório não consta do servidor e foi-me disponibilizado pelo meu colega Luís Rendeiro. Consta lá a pasta 1.7 mas sem qualquer conteúdo. Por razões pessoais não pude ir à reunião preparatória e só hoje pude consultar o documento.

Sr. presidente da Câmara: – A pessoa responsável acabou de me informar que verificou o documento depois de lá o colocar e foi ali fora verificar de novo. Às vezes as coisas acontecem e confesso que nunca vi essa dita nuvem (*cloud*).

Mais importantes do que a nuvem são os resultados. O valor é até muito modesto e eu esperaria que fosse pior numa instalação daquela dimensão com aqueles níveis de amortizações e de despesa. Há preços que eventualmente terão que ser ajustados em alguns centimos para que não haja resultados negativos. Estimamos estar a vender cerca de um milhão de euros de energia à rede, basta uma pequena flutuação para que os 35 mil euros sejam um arredondamento e ainda é muito cedo para qualquer especulação sobre os resultados.

Estamos com um preço de 94,70€ por megawatt/hora, enquanto a EDA tem 97€ e alguns centimos por cada megawatt. Não é justo que nos tenham arbitrado um preço inferior e espero que venha a ser equalizado, o que colocará os valores no positivo.

Sr. d. m. Francisco Câmara: – A minha colega Rita Andrade tem chamado a atenção para as falhas nos documentos. É importante resolver esta questão técnica com a conversão direta dos documentos para formato PDF o que os tornará mais leves e fáceis de transferir do servidor. Gostaria que o senhor presidente nos informasse do valor espetável do resultado operacional da TERAMB por tonelada até ao final do ano.

Sr. presidente da Câmara: – Relativamente à questão dos documentos e do servidor, há de facto um pequeno lapso que estará relacionado com os nomes dos ficheiros e o problema está a ser corrigido.

Não lhe sei responder à pergunta referente aos resultados operacionais da TERAMB por manifesta falta de dados relacionados com o preço do megawatt/hora como acabei de referir. Nesta altura estamos a cobrar 25€ à entrada da instalação para a generalidade dos resíduos. Essa receita representa apenas cerca de 30% do valor global, sendo que os restantes 70% provêm da venda de eletricidade que continua com um conjunto de questões por resolver como o preço, o fator de potência que é a quantidade de energia reativa que é preciso colocar na rede, e a quantidade de deslastragens. No nosso caso, dada a impossibilidade de deslastragens, o ressarcimento do parque eólico quando tem que deslastrar em vez de ser a instalação da TERAMB e o preço desse ressarcimento, matérias que carecem de regulação específica da ERSE e foram objeto da reunião que referi há pouco.

Tudo isto nos deixa alguma incerteza. O valor está muito próximo porque a perda de 35 mil euros num trimestre não é grande coisa, o que indica que arrancámos perto do alvo. O ajuste será feito em função das respostas que formos obtendo na vertente elétrica que é determinante para os custos operacionais da instalação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Ouvi as suas explicações com muita atenção mas não fiquei mais descansado. Todas as bancadas eleitas nesta casa apoiaram esta solução de tratamento de resíduos e tomaram como boas as informações que foram sendo dadas pelos sucessivos executivos camarários que, de decisão em decisão, nos conduziram até aqui. Tal como aos executivos camarários, os sucessos e insucessos destas soluções responsabilizam-nos porque todos as apoiámos.

É com grande preocupação que acompanhamos tudo o que acontece com a TERAMB e com a incineradora. Há um conjunto de questões que deviam estar perfeitamente claras em sede de projeto e tomada de decisão e, afinal, depois da incineradora construída é que se vai ver quanto custa o megawatt, como funcionam os períodos em que há excesso de oferta de produção de energia e quando a central não está a produzir para a rede, se a dimensão da incineradora é excessiva ou escassa para a quantidade de lixo, etc. Não é verdade que assistimos a um défice de exploração por tonelada, senhor presidente?

Há um consumo de gásóleo que já não deveria estar a acontecer nesta fase. O senhor presidente assumiu há pouco tempo um contrato de queima de lixos vindos da região autónoma da Madeira na incineradora que seria destinada à queima de lixos da Terceira e aos poucos que não fossem triados nos centros de processamentos de resíduos dos grupos central e ocidental, o que não está a acontecer na prática porque estão a chegar resíduos de Santa Maria.

Apoiámos tudo isto, baseados na suposta boa informação que nos foi dada pelos executivos camarários e esperamos que não nos andem a enganar. Queremos acreditar que a incineradora é boa, está corretamente dimensionada, não será um prejuízo brutal para as gerações futuras e vai transformar os nossos lixos sem termos que os importar de tudo quanto é canto para rentabilizar um elefante branco que a Câmara construiu. Tranquilize-nos porque isto ficará escrito em ata e vamos confrontar-nos todos no futuro, o executivo e os vários grupos municipais que apoiaram estas soluções.

Sr. presidente da Câmara: – Esta intervenção feita em voz doce pelo senhor deputado Luís Rendeiro visa colocar em causa um dos melhores investimentos que algum dia se fez neste município. Um enorme e virtuoso investimento financiado a 100% que nos vai permitir resolver um conjunto de questões.

No estudo que foi feito antes de eu aqui estar e que conhecia devido a outras funções que no tempo exercia, previam-se cinco anos de ajustamento com a possibilidade de haver alguns prejuízos que poderiam ser enormes. Na Madeira a incineração está a custar qualquer coisa como 70, 80 euros a tonelada enquanto a nossa custa cerca de 25 euros e alguns cêntimos a tonelada.

A incineradora está bem feita e a funcionar bem no mínimo para que seja tecnicamente viável e colocam-se dois desafios: o primeiro é a redução da entrada na incineradora de materiais inapropriados, mais concretamente garrafas e latas, um problema que urge resolver com uma melhor separação dos resíduos. O que não arde ocupa espaço, gasta energia e corresponde a um prejuízo no funcionamento da incineradora.

O segundo desafio que também nos preocupa são as questões que dizem respeito à minagem dos resíduos e ao seu custo. A incineradora está projetada para receber uma quantidade de resíduos que permita ir reduzindo o passivo ambiental existente naquela zona, um objetivo extremamente importante devido aos elevados riscos ambientais resultantes da lixeira e do aterro ali existente. Além dos custos, a penosidade do trabalho tem um enorme impacto sobre a incineradora.

Os resíduos retirados da bolsa estão a representar cerca de 30% do consumo de lixo da incineradora. Enquanto o lixo que lá chega paga 25 euros a tonelada, o que é transportado da bolsa custa cerca de 50 euros e reflete-se nestes resultados. Tudo isto é necessário porque temos que fazer a limpeza daquela zona onde estimamos que existam entre 700 mil e 1 milhão de toneladas de lixo. Estamos a trabalhar no sentido do cofinanciamento da união Europeia para a limpeza do que lá está o que permitirá de imediato reduzir o atual custo.

Neste momento a incineradora está a funcionar sem outras receitas que não sejam o custo do material que entra mais a venda de energia. Se tivermos uma subsidiação à redução do passivo ambiental, tudo se alterará. Apesar de estarmos a pagar totalmente a remoção do lixo, temos um défice pequeníssimo face aos valores de outras regiões.

O senhor presidente da Câmara do Funchal, ao tomar conhecimento dos valores após visitar a incineradora, mostrou-se interessado porque disse estar a pagar mais de 2 milhões para enviar os resíduos para a incineradora que fica no concelho vizinho e gostaria de não os pagar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não assinaram esse protocolo?

Sr. presidente da Câmara: – Não assinámos qualquer protocolo, houve apenas um comentário do senhor presidente da Câmara sobre essa matéria.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – As notícias não foram bem assim.

Sr. presidente da Câmara: – Não fui eu que as fiz.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Nem as desmentiu.

Sr. presidente da Câmara: – Não tenho que desmentir um comentário feito a algo que o meu colega disse. Não vi notícias em lado nenhum a respeito da assinatura de algum acordo sobre isso porque essa notícia teria desmentido. Vejo as notícias, desminto o que acho que devo desmentir e neste caso achei que não devia porque a exequibilidade prática depende em primeiro lugar dos transportes. Que eu saiba, não há nenhuma forma razoável de transportar esses materiais de lá até aqui e daí depende a estabilidade do funcionamento da instalação madeirense mas essa é uma questão interna que os municípios da Madeira devem resolver.

Um município como o Funchal, com mais de 100 mil habitantes, produz mais resíduos do que a folga da nossa incineradora, por isso, em caso algum, poderíamos assumir o tratamento na sua totalidade. Essa questão continua no campo da teoria sem qualquer execução prática.

A gestão da incineração está a correr bem sem quaisquer razões para se pensar que vai correr mal e provavelmente teremos que esperar vários anos até termos a experiência suficiente para podermos afirmar o que quer que seja de forma definitiva. Até agora os resultados têm-se mantido em linha com o estudo económico e melhores do que o esperado do ponto de vista energético.

A instalação tem o forno central com equipamentos em duplicado à esquerda e à direita. Uma das bombas partiu o veio e julgámos tratar-se de uma deficiência de fabrico. Como não é da nossa responsabilidade, o fabricante tem que colocar um veio novo porque se encontra dentro da garantia. Infelizmente, a segunda bomba que passou a funcionar o tempo todo começou a mostrar oscilações, o que indicia a existência de um problema de projeto e é o fabricante que tem que resolver o assunto.

Todos os anos serão feitas paragens programadas a 30 dias para inspeção. Resolvemos fazer agora a paragem que estava programada para o mês de outubro para resolvermos o problema de forma definitiva e os resíduos ficarão no fosso até à semana que vem quando iniciarmos a queima.

Uma empresa chamada Stirling, que é o fabricante da bomba, esteve cá com os seus técnicos para ver o que se passava e aparentemente a bomba está a funcionar com as pressões abaixo do recomendável, o que causa flutuações de pressão dentro da bomba que podem levar à quebra do veio. Tratando-se de um problema de projeto e de dimensionamento da bomba, substituirão as duas bombas por uma da dimensão adequada porque aparentemente a que lá se encontra é grande demais para o caudal bombeado. O fabricante assume todas as despesas da substituição da bomba incluindo os eventuais prejuízos devido à paragem do equipamento.

Não existe nenhum algoritmo devidamente testado para simular a estabilidade da rede na Terceira. O INESC está em testes e só é possível ver depois de estar a funcionar. Isto tem também a ver com a manutenção de uma reserva girante, um conjunto de máquinas térmicas num determinado volume em constante na central do Belo jardim, que determina o nível de deslustragem.

Depois de devidamente testado, vamos correr o algoritmo com data de 1 de janeiro, voltar a aplica-lo às velocidades de vento existentes e serão feitos os ressarcimentos necessários, ou seja, não há aqui nenhuma perda, vamos fazer retroagir o sistema até ao início do ano quando estiver devidamente testado. É uma questão complexa de natureza técnica relacionada com a

previsão de deslustragem das eólicas em função da velocidade do vento, da produtividade e do nível do consumo na ilha naquele momento.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Depois da explicação exaustiva do senhor presidente da Câmara fiquei com algumas dúvidas. Percebi que um dos objetivos da incineradora é o tratamento de um passivo ambiental que tínhamos em bolsas cuja tonelada custa o dobro e atrasa o processo em termos de logística. É fácil continuar a alimentar a incineradora de forma constante?

Sr. presidente da Câmara: – O trabalho dos homens que lá estão é muito duro devido ao mau cheiro.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Quando conseguirmos taxas de recolha seletiva de acordo com o que é exigido pela União Europeia reduziremos a quantidade de lixo indiferenciado.

Sr. presidente da Câmara: – Não necessariamente porque estão a entrar toneladas de latas e garrafas que não queimam, só atrapalham e contariam noutro lado.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – No fundo, está a ser feito um trabalho de separação à entrada da incineradora.

Sr. presidente da Câmara: – Não é possível fazê-lo antes; infelizmente para todos nós, é feito dentro da incineradora.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Quando esses materiais incombustíveis deixarem de entrar, não teremos a incineradora com défice de material?

Sr. presidente da Câmara: – Ganharemos eficiência porque o que conta é o conteúdo energético e não o volume em toneladas. A entrada das latas e garrafas não conta porque o seu conteúdo energético é zero. Aumentar-se-ia a reciclagem e atingiríamos os valores pretendidos de 50% das metas sem perdas de energia.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – O que o senhor presidente da Câmara nos está a dizer é que, num futuro próximo, a incineradora de Angra nunca vai funcionar como um destino apelativo de tratamento de resíduos. Se eu fosse responsável por um município em que pagasse três vezes mais para tratar o meu lixo, atendendo aos 25 euros por tonelada e fazendo contas ao transporte, se calhar seria uma tentação enviar o meu lixo para ser tratado na incineradora da Terceira. O senhor presidente da Câmara está disposto a receber esse lixo ou não quer tornar Angra num destino apelativo para tratamento de resíduos?

Sr. presidente da Câmara: – Esta matéria deve ser bem entendida por todos; por essa razão, temos convidado todos desde as crianças aos idosos a visitarem a CVE, sentarem-se no centro de controlo, lerem eficiências energéticas e verem toda a incineradora na sua vertente técnica. Estou disposto a recebê-los quantas vezes lá quiserem ir.

Volto a lembrar que o que conta é o conteúdo do volume energético que entra na incineradora. Quando lá meto toneladas de coisas com conteúdo energético zero, não adianta nada na incineradora e atraso no outro lado na conta da reciclagem. Cada tonelada de latas e garrafas que for separada para a reciclagem, aumenta a percentagem do material reciclado e não reduz o rendimento da incineradora.

Podemos remover os materiais ao ritmo que quisermos e a questão tem a ver com o trabalho que se tem revelado deveras penoso devido particularmente à abertura das bolsas que contêm resíduos animais que apresentam um mau cheiro muito intenso.

Quanto à atratividade do tratamento de resíduos, seria uma boa indústria para o nosso concelho mas o problema é a exequibilidade prática das redes de transportes marítimos que não é

adequada. Quando obtivermos 100% de financiamento da União Europeia comprometemo-nos com a eliminação de um passivo ambiental.

Não temos grande capacidade para receber resíduos de forma industrial porque a nossa incineradora é o modelo mais pequeno que existe. O que temos de capacidade livre não é suficiente para nos tornarmos um grande *player* no tratamento de resíduos. Seria lucrativo se recebêssemos alguns mas não temos capacidade para os receber todos, o que inviabiliza a operação. Poderia ser vantajoso receber os chamados CDR's, combustíveis derivados de resíduos que já foram triados e secos, mas temos uma rede de transportes marítimos ineficiente.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O facto de lidarmos uns com os outros e cada vez nos conhecermos melhor, faz com que prestemos atenção a alguns detalhes. Quando o senhor presidente da Câmara não explica ou explica muito a gente desconfia. Neste caso, explicou muito e mas não disse se é grave a dita falha de projeto que levou a estas avarias nas bombas.

O senhor salientou que os transportes de resíduos da Madeira para cá por via marítima não são exequíveis mas, enquanto secretário do ambiente, considerou que na região havia um sistema de transportes marítimos adequado...

Sr. presidente da Câmara: – E há; estamos a recebê-los de todas as ilhas que os queiram enviar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor sabe que não há. O que mais encarecia o tratamento de resíduos era o transporte marítimo proveniente das ilhas sem unidades de valorização energética, vulgo incineradoras, e o senhor já tropeçou em si próprio.

Aquando do acordo de geminação com a cidade do Funchal, foi amplamente noticiado pelos vários órgãos de comunicação social que uma das áreas de interesse mútuo seria o tratamento dos resíduos e o senhor presidente não desmentiu.

Se a nossa incineradora tem capacidade de sobra para o tratamento de resíduos do Funchal ou outros quaisquer de fora, é porque tem capacidade excedentária para tratar resíduos que não estavam planeados inicialmente, questão já colocada por nós em outras reuniões da Assembleia Municipal.

O senhor sempre nos garantiu que, no caso de produção insuficiente de lixo devido à triagem, o passivo ambiental existente seria suficiente para alimentar a incineradora durante o seu período de vida útil. Habilmente o senhor também não respondeu à questão que lhe coloquei a respeito do consumo médio mensal de combustível daquela incineradora. Em que ficamos, senhor presidente?

Sr. presidente da Câmara: – Terei todo o gosto em responder, começando por lhe dizer que esta incineradora e a outra que ainda não existe mas espero que venha a existir, são uma necessidade urgente e a única forma de resolvermos um problema gravíssimo para esta ilha que é o passivo ambiental. Infelizmente, temos resíduos para os nossos filhos e netos impossíveis de resolver com esta incineradora durante o seu período de vida de 25 anos.

Enquanto os resíduos frescos pagam para entrar, gastamos dinheiro para ir buscar os outros e mesmo assim as contas estão relativamente bem apesar da penosidade do trabalho como já referi. Se quisermos, podemos ter a incineradora a funcionar durante as próximas décadas apenas com os resíduos que temos em *stock*. Se não formos ilegíveis para receber subsídio para eliminação do passivo ambiental existente, haverá impacto sobre as contas.

Apenas houve consumos de combustível durante a fase de refratário, uma questão que diz respeito ao empreiteiro. Os consumos médios andam na casa dos mil e poucos euros mensais por duas razões: quando temos problemas de excesso de material não combustível dentro da incineradora e quando as emissões ficam fora do limite porque a mistura entre os resíduos frescos e os retirados do aterro não é feita corretamente.

Os resíduos provenientes do aterro contêm pouco material orgânico mas um teor de enxofre relativamente elevado. Quando isso acontece, as emissões na área dos sulfatos podem subir acima dos limites desejáveis e é preciso subir a temperatura. Tem-se vindo a usar cada vez menos gasóleo porque já se está a perceber quais os materiais e as proporções da mistura e os operadores de grua vão aprendendo a fazer um trabalho cada vez melhor. Há incineradoras por esse mundo adiante, como é o caso da Madeira, que usam constantemente um outro combustível qualquer; nós não fazemos isso e não me parece que venha a ser necessário.

Dentro dos transportes marítimos internos as coisas têm corrido melhor do que as minhas expectativas. Neste momento estamos a receber resíduos das flores, do Corvo, da Graciosa e de Santa Maria. Não os recebemos do Pico e do Faial porque o aterro do Pico tem mais uns meses de licença e começaremos a receber os do Faial nos próximos meses. Os resíduos mais distantes e com um caminho mais tortuoso são os de Santa Maria porque param em S. Miguel mas mesmo assim chegam cá a um preço muito razoável.

Os resíduos poderão ser um contributo para a melhoria dos transportes porque, mais carga circularia em destino à Terceira. Se conseguirmos criar um polo logístico na Praia da Vitória para o transporte interno, as coisas ficarão ainda mais facilitadas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O senhor garantiu isso no PROTA.

Sr. presidente da Câmara: – Garanti e continuo a garantir. Está no PROTA e foi aprovado, infelizmente com o voto contra do seu partido que não teve a coragem de votar a favor. É esse o seu histórico e currículo e não me faça lembrar aqui disparates que foram ditos. Os senhores votaram contra para verem se garantiam uns *votozinhos* ali no Pico e no Faial. A coragem de cada um fica onde está e eu tive a minha de defender o que acreditava no Pico e no Faial.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Onde é que esta o PROTA?

Sr. presidente da Câmara: – Está na lei, está em vigor, é um plano para executar e eu dei um contributo enorme para isso. O senhor não deu porque esteve do outro lado da barreira mas aguentou-se com isso. Vamos olhar para o futuro porque eu teria muito a dizer sobre histórias passadas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Onde é que esta o PROTA?

Sr. presidente da Câmara: – O PROTA está em execução e muitas mais coisas serão executadas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O porto da Praia está vazio, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara: – Há de encher-se com o seu voto contra. Não se esqueça da sua falta de coragem e do medo dos faialenses que estavam do lado de fora da porta; eu não tive.

A atual rede de transportes serve perfeitamente estes objetivos. Há pouco lixo vindo das ilhas mais pequenas e esta surpresa é pela positiva porque estão a adotar um modelo de separação no qual ninguém tinha pensado em que todo o lixo, mesmo o não separado, é triado e reaproveitam os resíduos que as pessoas não separaram em casa. Isso é possível em produções reduzidas de resíduos e está a acontecer na Graciosa, nas Flores e no Corvo onde aproveitam mais do que o esperado com taxas na casa dos 80%, apesar de pouco contar para a meta regional por serem ilhas pequenas.

A ilha de Santa Maria está a enviar para aqui uma quantidade apreciável de resíduos. O Faial passará a enviar para cá os resíduos que não consigam lá tratar e o Pico fará o mesmo quando o seu aterro atingir o prazo de validade. Temos espaço para queimar lixo velho e vamos continuar a fazê-lo dentro do que seja economicamente adequado.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa interpelação à Mesa): – Apenas para prestar um esclarecimento às afirmações do senhor presidente da Câmara. Em primeiro lugar quero

esclarecer que não votei coisa nenhuma porque à época não era deputado na ALR. O PSD votou contra porque o PROTA não era exequível e a prova disso é que o plano não foi executado. É essa a credibilidade dos planos e dos governos de que o senhor fez parte. O Porto da Praia está às moscas e o plano que o senhor fez aprovar, acusando o PSD de ter votado contra, é zero.

Não se registaram mais intervenções. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de contas do primeiro trimestre de 2016 da TERAMB constante do Ponto 1.7.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Parece-me haver aqui um problema regimental porque no ponto seguinte temos dois documentos misturados do tipo «dois em um», o voto de congratulação e a recomendação. Tratando-se de duas figuras regimentais diferentes, estes documentos devem ser discutidos em separado porque, apesar de não se tratar de uma matéria grave, poderá abrir-se aqui um precedente.

Passou-nos na conferência de líderes porque não vimos o documento. Da parte do Partido Socialista havia a intenção de apresentar um voto de congratulação e não as recomendações, depois surgiu em sede de agenda e quando recebemos a documentação vimo-nos confrontados com o «dois em um» que o regimento não prevê, por isso sugiro à bancada do Partido Socialista que separe os documentos para que sejam discutidos individualmente.

Sra. d. m. Marília Vargas: – Isso não é totalmente verdade. O voto foi apresentado verbalmente e o documento foi apresentado na conferência de líderes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Assumo o facto de não me ter apercebido na altura mas a situação regimental existe.

Sr. presidente da Mesa: – Não estive presente na conferência de líderes. É uma questão de redação. Do ponto de vista formal posso congratular-me com a vinda das *low cost* e fazer uma recomendação a outra entidade.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como disse, não se trata de um problema de maior mas poderão acontecer situações semelhantes no futuro. A Assembleia Municipal é conduzida por regras e trata-se de duas figuras regimentais diferentes.

Sr. presidente da Mesa: – Perfeitamente de acordo mas estamos a votar um voto que contém no seu texto uma recomendação.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – No voto inclui-se a recomendação mas não pode haver um título com duas figuras regimentais. Não tem muita importância mas dessa maneira não está correto.

Sr. presidente da Mesa: – Podemos votar separadamente o voto de congratulação e a recomendação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Como é sabido por todos, o que se vota são as partes resolutivas e não os considerandos. Concordo com a sugestão do senhor presidente da Mesa para que os documentos sejam votados em separado porque uma das votações vai exigir uma declaração de voto por parte do grupo municipal do PSD.

Sra. d. m. Marília Vargas: – O objetivo era que este fosse um voto de congratulação mas aproveitámos o conteúdo para recomendar algumas medidas no sentido de melhorar os serviços turísticos no nosso concelho.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Como terceirense, é evidente que me congratulo com a vinda das companhias *low cost* mas vejo com alguma preocupação um aspeto que provavelmente tem sido pouco falado relacionado com a capacidade de carga para fora da ilha Terceira.

Faço parte de uma organização de produtores que utiliza a carga aérea para exportação. O ano passado e no ano anterior foram exportadas cerca de 35 toneladas e o valor de carga aérea estabilizou porque atingimos o limite de capacidade de resposta. Como as companhias *low cost* transportam apenas passageiros, receamos uma diminuição da capacidade de carga das companhias de serviço público. No caso da SATA as notícias não são muito famosas porque me parece que os novos aviões não terão grande capacidade de carga.

Não tendo tido a oportunidade de discutir este assunto anteriormente, gostaria de ver aqui introduzida uma recomendação para que a capacidade de carga aérea para fora da ilha não seja descorada visto que neste momento o peixe e as flores começam a atingir o limite dessa capacidade.

A carga marítima tem aumentado no segmento das flores por ser a única via alternativa; contudo, há algumas espécies que não se compadecem com o transporte marítimo e têm forçosamente que seguir por carga aérea. Como consequência de tudo isto poderá haver um bloqueio na entrada de novos produtores e no aumento da produção.

Sra. d. m. Alódia Costa e Silva: – O que o senhor deputado Carlos Ormonde disse demonstra que devemos separar as figuras regimentais porque falou apenas em recomendações e a sua intervenção nada tem a ver com o voto de congratulação.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – As recomendações são legítimas e pertinentes mas temos aqui duas figuras regimentais completamente diferentes; ou votamos um voto de congratulação ou uma recomendação. Quem quiser vota na congratulação e poderá abster-se ou votar contra caso não concorde com as recomendações.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Queremos debater esta temática e esclarecer o assunto mas não temos culpa que a bancada do Partido Socialista se tente esconder no erro de redação de uma proposta que já mereceu a crítica dos próprios preponentes que, pelos vistos, não se entendem quanto ao conteúdo porque ouvimos o senhor deputado Carlos Ormonde criticar a proposta da sua própria bancada. Senhor presidente da Mesa, tome a sua decisão regimental que nós estamos abertos ao debate.

Sr. presidente da Mesa: – Após consulta dos membros da Mesa, vou separar as duas figuras regimentais porque entendi melhor as razões da insistência nessa separação.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Voto de Congratulação do Partido Socialista pelo início da operação de voos “low-cost” para a Ilha Terceira, para aprovação.

Sr. presidente da Mesa: – Voto de congratulação: «*O grupo municipal do Partido Socialista congratula-se pelo início da operação de voos low cost para a ilha Terceira com quatro frequências semanais para Lisboa e duas para o Porto a partir de dezembro de 2016, o que permitirá o transporte de 10 mil passageiros por ano na aerogare civil das Lajes.*

Esta conquista é a prova da validade do compromisso assumido pelo governo de Vasco Cordeiro que terá um impacto muito significativo na revitalização económica da ilha, na criação de emprego, na qualificação e desenvolvimento dos nossos serviços e produtos potenciando o turismo, atividade fundamental para o desenvolvimento da ilha Terceira.

Assim, o grupo municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove um voto de congratulação pela vinda das companhias aéreas low cost para a ilha Terceira.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Assim sendo e tendo em conta que aquilo que se vota é a parte resolutiva, a bancada do PSD vai votar a favor deste voto de congratulação.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A bancada do CDS-PP congratula-se com a vinda das *low cost* mas não podemos deixar de ter em conta aquilo que poderão ser alguns presentes envenenados, nomeadamente o que referiu o senhor deputado Carlos Ormonde. Algumas espécies de plantas têm prazos de validade relativamente curtos mas existem muitos outros produtos que precisam de sair da região por carga aérea que não é assegurada pelas companhias de baixo custo.

Uma vez mais esta Assembleia veio dar razão a propostas quase jurássicas do CDS-PP, neste caso, o avião mini cargueiro que defendemos há muito tempo e que poderia resolver o problema da região quando deixarem de existir as obrigações de serviço público para a Terceira após a vinda das *low cost*.

Todos nos congratulamos pelo facto de qualquer açoriano poder sair da região por 30 u 40 euros mas não considero que esta conquista seja a prova da validade do compromisso do governo de Vasco Cordeiro porque tive o cuidado de ler o seu programa de governo e nada referia em relação à liberalização do espaço aéreo e à vinda das companhias *low cost* para a região.

A liberalização do espaço aéreo aconteceu porque um ministro do CDS-PP abriu a gaveta, retirou a proposta que estava a marinar e a encher de bolor há dois anos e propôs a formação de um grupo de trabalho em que toda a gente da república e da região pudesse dar o seu contributo para esta mais-valia. É redutor dizer-se que isto é a prova de um compromisso de Vasco Cordeiro; não digo que o senhor presidente do Governo Regional não tenha tido nada a ver com o assunto mas isso não invalida que a bancada do CDS-PP não vote a favor este voto de congratulação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (para uma declaração de voto): – O PSD votou favoravelmente este voto de congratulação porque a abertura do espaço aéreo e a possibilidade da vinda das companhias *low cost* para a Terceira foi uma luta de todos que o PSD sempre defendeu e protagonizou.

Foi graças a um governo de coligação PSD/CDS que o Partido Socialista abomina, que a liberalização do espaço aéreo da região se tornou possível contra a vontade e as medidas protecionistas do Partido Socialista para com a SATA, companhia aérea pública regional, que sempre impediram a vinda das *low cost* muito mais cedo para o espaço aéreo regional. Congratulamo-nos que tal seja possível mas não resulta de nenhum compromisso especial de Vasco Cordeiro nem consta de qualquer programa de governo do PS como disse a deputada Graça Silveira. Isto é bom para a Terceira mas é fruto de um trabalho de muita gente e de um governo da república que os senhores não apoiaram.

Não se registando mais intervenções e após votação, o Voto de Congratulação constante do Ponto 2.1 foi aprovado por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa: – Na circunstância, o governo atual da república não é do PSD. Como disse a senhora deputada Graça Silveira, tiraram o documento da gaveta mas não o chegaram a colocar em cima da secretária.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não liberalizaram o espaço aéreo, senhor presidente?

Sr. presidente da Mesa: – Refiro-me à Terceira.

2.2 – Recomendação no sentido de a Câmara Municipal envidar esforços conjuntamente com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, agentes e entidades representativas do setor bem como entidades formativas da Ilha, com vista a incentivar a melhoria da formação dos agentes turísticos a operar na Ilha Terceira. Para aprovação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não há nada nesta recomendação que não consideremos certo mas são assim as verdades de *La Palice* porque o grupo municipal do Partido Socialista recomenda às entidades que façam a sua obrigação e o seu trabalho quando é para isso que elas existem. Como bem salientou o senhor deputado Carlos Ormonde, falta aqui a componente do serviço público de carga aérea que está a ficar um pouco esquecida assim como a atividade de transporte aéreo regular que serve melhor os passageiros devido à questão da bagagem.

O grupo municipal do PSD vai abster-se nesta proposta que é como o *Melhoral* que não faz bem mas também não faz mal.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Toda a gente conhece o Manuel Dinis Dutra que foi e acho que ainda é responsável pelos correios, que me disse mais do que uma vez: «Oh Manel. A carga aérea vem de barco.» As companhias oficiais de bandeira, a SATA e a TAP, nunca serviram os Açores com a carga aérea que sempre foi subsidiária. Davam-se ao luxo de deixar a carga em Lisboa nem que fosse a apodrecer e os correios sentiam muitas vezes a necessidade de a enviar de barco. Este assunto nunca foi resolvido e as companhias *low cost* têm uma filosofia de transporte totalmente diferente.

Nestes últimos anos as companhias públicas nunca satisfizeram com atenção os agentes económicos dos Açores no transporte de carga aérea e a SATA nunca quis assumir uma especialização de transportes que implicasse a eventual utilização de cargueiros. Raramente se utilizaram cargueiros; lembro um que caiu aí na ponta da pista numa situação excecional.

É altura dos responsáveis pela gestão e economia dos Açores pensarem numa alternativa que não seja a de colocar subsidiariamente carga aérea nos porões dos aviões que são feitos para transportarem passageiros e não toneladas de peixe, flores ou outra coisa qualquer.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – A quem estamos a recomendar isto? Não pode ser à Câmara de Angra porque estas são funções do Governo e da ATA (Associação Turismo dos Açores).

Sr. presidente da Mesa: – Penso que o texto é claro: «*Recomenda-se que a Câmara Municipal encete os esforços necessários a uma articulação conjunta com a Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, agentes e entidades representativas do setor, assim como entidades formativas da ilha no sentido de...*».

Sr. d. m. Rogério Sousa: – Agora que se prevê um aumento do fluxo turístico com a vinda das *low cost*, é descabida uma recomendação à Câmara no sentido de encetar esforços para que os nossos comerciantes recebam melhor os turistas? É uma questão de sensibilização. Enquanto não houver força contrária, os comerciantes não mudarão a sua mentalidade.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria de reforçar o que acabou de ser dito. Com uma má receção durante este ano poderá matar-se a galinha dos ovos de ouro. O que a Assembleia Municipal pretende é lembrar o dever destas entidades e o que devem fazer de imediato. Todos sabemos que infelizmente há muitos maus funcionários nos nossos estabelecimentos comerciais, sobretudo na época de verão, e é preciso dar a volta sob pena de não terem emprego no futuro.

Não se registando mais intervenções e após votação, a Recomendação constante do Ponto 2.2 foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (21 do PS, 1 do d. m. independente e 5 do PSD) e 9 abstenções (5 do PSD e 4 do CDS-PP).

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira (numa declaração de voto): – O CDS-PP absteve-se em relação a estas recomendações porque, tendo a ATA um orçamento de milhões e a obrigação de preparar a nossa oferta turística, é vergonhoso que se coloque o ónus dessa responsabilidade em cima do município que já tem imensas atribuições e precisaria de um orçamento adicional equivalente ao da ATA para fazer tudo isto como deve ser.

2.3 – Voto de Congratulação do Partido Socialista à atleta Ana Margarida Filipe pelo recente resultado desportivo, nomeadamente o 9.º lugar na modalidade de atletismo, disciplina de salto em comprimento, classe T20 nos Jogos Paralímpicos que decorreram de 1 a 19 de setembro no Brasil. Para aprovação.

Sr. d. m. João Santos: – «Ana Maria Filipe nasceu a 28 de agosto de 1999 em Angra do Heroísmo. Atleta da Associação Cristã da Mocidade já com um percurso desportivo reconhecido na modalidade de atletismo, iniciou a sua atividade em 2012. Na época 2013/2014 participou nos campeonatos nacionais individuais da Associação Nacional de Atletismo com deficiência intelectual, tendo obtido excelentes prestações.

Representou a ilha Terceira no Olímpico Jovem Regional sagrando-se campeã regional nas provas de salto em altura e 1 500 metros obstáculos. Participou em Lisboa na fase nacional do Olímpico Jovem, obtendo a oitava e a décima primeira posições respetivamente na prova de 1 500 metros obstáculos e no salto em altura.

Na época 2014/2015 sagrou-se campeã nacional em absolutos e campeã nacional de juniores no Campeonato Nacional de Corta Mato Curto da ANDDI, campeã nacional de juniores no salto em altura, no salto em comprimento e nos 1 500 metros nos Campeonatos Individuais de Pista Coberta em Braga, sendo detentora de records nacionais de iniciada nas provas de 80, 1 500 metros e salto em comprimento.

Em 2015 estreou-se na seleção nacional no 7º Campeonato da Europa de Pista Coberta que se realizou em S. Petersburgo na Rússia a 12 e 13 de março. Obteve quatro medalhas, sendo uma de ouro nos 4 X 400 metros, uma de prata nos 60 metros barreiras e duas de bronze nos 800 e 300 metros. Recentemente alcançou um honroso 9º lugar nesta modalidade na disciplina salto em comprimento na classe T20 nos jogos paralímpicos que decorreram de 1 a 19 de setembro no Rio de Janeiro no Brasil.

Ana Maria Filipe foi a primeira atleta formada nos Açores que representa um clube da região a participar nos jogos paralímpicos, um resultado do esforço, da dedicação e do gosto pela modalidade que a fizeram saltar e voar, um exemplo de que o desporto é de todos e para todos.

Pelo recente resultado desportivo, o grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia propõe um Voto de Congratulação à atleta Ana Maria Filipe.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Sei que não seria essa a intenção do senhor deputado João Santos mas não devemos diferenciar os votos. Estão em questão dois votos de pesar e podemos debater este voto em conjunto com o da treinadora da atleta. A bancada municipal do PSD associa-se a este voto, congratulando-se com os resultados da atleta e com o trabalho da treinadora e apoiamos o movimento paralímpico português e o trabalho que se tem feito no desporto adaptado na região. Saudamos as conquistas desportivas desta atleta e votaremos a favor.

Terminadas as intervenções e posto à votação, o Voto de Congratulação constante do Ponto 2.3 foi aprovado por unanimidade.

Sr. d. m. João Santos (numa declaração de voto): – Gostaria de referir alguns factos que não estão espelhados neste voto e partilhar com esta Assembleia algumas motivações e sentimentos que me levaram a votá-lo favoravelmente.

Ana Filipe tem somente 17 anos e não viveu uma infância a frequentar centros de alta competição porque essa infância foi recheada de violência. Não teve uma família rica como suporte à sua carreira desportiva porque essa família a maltratou ao ponto de ter que ser institucionalizada.

Ana Filipe não foi ao Brasil representar um clube que recebe um milhão de euros para promover o nome dos Açores; foi representar um clube de uma instituição particular de

solidariedade social e, sem um milhão de euros, levou o nome dos Açores aos quatro cantos do mundo.

Foi com este seu feito que Ana Filipe provou que, ao contrário do que retratava um filme de Randa Heinz estreado em 1986, do que se pensava no passado e do que, infelizmente muitos ainda pensam no presente, os portadores de deficiência não são filhos de um Deus menor.

Aplausos.

2.4 – Voto de Congratulação do Partido Socialista a Ana Paula Espínola Costa, pelos resultados obtidos como treinadora de atletismo.

Sr. d. m. João Santos: – O PS pretende fazer uma alteração à parte final do voto onde deve ler-se: *«Pelo seu percurso desportivo, pelo seu altruísmo, pela sua inesgotável dedicação ao desenvolvimento do desporto adaptado em geral e ao atletismo adaptado em particular bem como pelo recente resultado desportivo alcançado, o grupo municipal do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal propõe um voto de congratulação à treinadora de atletismo Ana Paula Espínola Costa.»*

Não se registaram mais intervenções. O voto de Congratulação constante do Ponto 2.4 foi aprovado por unanimidade.

2.5 – Voto de Pesar pelo falecimento de Marcolino Candeias Coelho Lopes. Para aprovação.

Sem que se registassem quaisquer intervenções, o voto foi aprovado por unanimidade.

2.6 – Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Henrique Assis Ferreira. Para aprovação.

Não se registaram quaisquer intervenções. O voto foi aprovado por unanimidade.

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Recomendação do CDS-PP no sentido de a Câmara Municipal avaliar a possibilidade de ceder à Associação de Estudantes do Campus de Angra do Heroísmo, um espaço no centro da cidade para o funcionamento do Bar Académico.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – Penso ser consensual a importância de trazer jovens e estudantes para o centro da cidade. De uma forma ou de outra, as cores políticas aqui representadas sempre defenderam que a academia se deve fazer sentir no centro de Angra porque ambos beneficiam com isso.

O bar académico funcionava no Bailão, um local de atração que dinamizava o centro da cidade onde os estudantes e os locais se juntavam. Desde que esse bar fechou nunca mais houve um bar académico que é fundamental nas atividades académicas. Muitas das praxes académicas e atividades da semana académica passavam-se no centro da cidade mas foram-se criando dificuldades, restringindo aqui e acolá e essa presença hoje é praticamente residual.

O bar académico é um polo onde os jovens se encontram e favorece a vida cultural no centro de Angra. Recomendamos que se avalie a possibilidade de se encontrar um espaço da Câmara que possa ser cedido aos estudantes em que os mesmos poderiam ficar com a responsabilidade de o recuperar com a finalidade de realizarem encontros académicos e outras atividades culturais.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria que a senhora deputada me esclarecesse se esse bar do Bailão foi encerrado por iniciativa da própria associação de estudantes ou por terceiros e se a referida associação já fez algum pedido à Câmara para a cedência de algum espaço.

Sr. vereador Guido Teles: – Parece-me incorreto dizer-se que as atividades académicas tenham sido restringidas ou dificultadas por parte da Câmara Municipal porque qualquer pedido foi sempre tido em conta e os apoios têm sido bastante razoáveis como pode ser testemunhado pelas diversas direções da associação de estudantes, em muitos casos acima das competências do município.

Vemos na universidade um polo essencial para a dinamização da cidade e do concelho mas ainda não chegou ao município qualquer pedido por parte da associação de estudantes para esse efeito. Quando vi esta proposta de recomendação tive o cuidado de contactar o presidente da associação de estudantes e foi-me dito que de momento ainda não há decisão tomada mas poderão vir a contactar-nos sobre o assunto, embora tenham a noção de que o bar que existia no Bailão encerrou devido a uma série de problemas de segurança e à existência de algumas agressões que se tornavam regulares. Isto não significa que não seja tido em consideração, um eventual pedido por parte da associação de estudantes nesse sentido, sendo certo que neste momento o município não tem espaços disponíveis para o efeito.

Sr. d. m. João Santos: – A ideia é boa e interessante porque sabemos que mais de metade da animação de muitas cidades por esse mundo fora se deve à vida académica. Concordamos com o princípio e penso que não seria sua intenção ser injusta com os sucessivos executivos camarários pelo reparo que fez no preâmbulo porque às vezes não tem a ver com restrições mas sim com a falta de iniciativas por parte das pessoas.

A partir do momento em que me dizem que a própria associação académica não solicitou um espaço, parece-me de pouco sentido pedir uma coisa para quem não a pediu. Podem querer o espaço mas ainda não o manifestaram por falta de tempo ou podem não o querer, correndo-se o risco de se deixar mais um espaço ao abandono.

Sra. d. m. Maria da Graça Silveira: – As declarações que cada um faz aqui valem o que valem. Esta semana estivemos reunidos com a associação de estudantes e uma das coisas que fazia falta era o bar académico. Sei que não era por má-fé, mas ao longo do tempo foram sendo criadas dificuldades e restrições desde os cortejos até aos ralis das tascas porque obrigavam à permanência de ambulâncias e mais isto e aquilo, o que encarecia imenso as atividades académicas.

Deixaram de existir todas as atividades que aconteciam no centro de Angra com a participação de toda a gente e hoje em dia quase ninguém dá sequer pela semana académica. O que os estudantes nos disseram é que tomaram posse há pouco e o bar seria uma boa ideia mas talvez o senhor presidente da Câmara não pudesse ajudar.

Sabemos que existem vários espaços no centro de Angra, alguns com menos condições para outros fins, que poderiam ser aproveitados e decorados pelos estudantes. A Câmara pode ser proativa porque já ofereceu coisas que considerava importantes para a dinâmica do centro histórico. As pessoas podem não querer aderir como acontece com muitas festas promovidas pela Câmara para dinamizar o comércio local. Os comerciantes podem dizer que não querem abrir a loja por falta de empregados, por isto ou por aquilo; estão no seu direito de não quererem usufruir dessa possibilidade, o que não invalida que a Câmara não faça o esforço de tentar, como nesta dinâmica do Walk & Talk, encontrar um espaço devoluto interessante e engraçado para esse fim.

*Não se registando mais intervenções e após votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.1** foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (2 do PS, 8 do PSD e 3 do CDS-PP), 8 abstenções (6 do PS, 1 do PSD e 1 do d. m. independente) e 11 votos contra do PS.*

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Na sequência do que foi debatido na sessão anterior, gostaria de referir mais uma vez a falta de cuidado na redação de alguns textos aqui apresentados para discussão. É uma questão de pormenor mas está em causa uma instituição. Na página 6 do documento referente à atividade municipal, apesar de ser um lapso, trata-se de uma incorreção grave referente ao nome da filarmónica Minerva dos Ginetes que veio à Câmara Municipal apresentar cumprimentos. Apesar do sentido de humor que a todos assiste, solicito a dita correção porque a gafe não deve constar de documentos oficiais da Câmara Municipal.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 17h05m do dia 30 de setembro de 2016, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, o 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz